

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Brasil e Portugal: a comunicação política através do acordo ortográfico

Autora: Marina Feijó Bertoncello

Dissertação de Mestrado

Departamento de Ciências da Comunicação

setembro de 2011

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Comunicação Política, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Milan Rados

Dedico esta dissertação aos homens da minha vida:

Sérgio, pai querido.

Rafael, irmão para sempre.

João, meu amor.

Agradecimentos

Ao meu orientador, sempre “porto seguro”.

À minha mãe, por todas as “ajudinhas”

Ao Nuno, Ruca, Sara e Sofia, amigos e companheiros de tantas jornadas.

RESUMO

O tema central desta dissertação é a comunicação política no processo do acordo ortográfico, envolvendo dois dos principais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Brasil e Portugal. A revisão bibliográfica fundamentou o enquadramento teórico sobre o acordo ortográfico; as relações históricas e culturais entre os dois países e sobre a comunicação política, desdobrada em comunicação institucional e opinião pública. Esta revisão da literatura deu suporte à justificação da escolha do tema como sendo importante e atual.

O objetivo principal da investigação foi o de estudar as opiniões públicas de Portugal e do Brasil referentes ao acordo ortográfico, apresentadas em importantes jornais desses países. Secundariamente, propusemo-nos a identificar as opiniões favoráveis ou não ao acordo, assim como os interesses políticos e económicos apresentados pelos dois países. Optou-se pelo método qualitativo de investigação, recorrendo à escolha de quatro jornais online de grande impacto como fonte de recolha de informações.

A análise de conteúdo foi a ferramenta escolhida para o tratamento dos dados e as categorias e subcategorias que emergiram deste processo foram: opiniões dos representantes do governo; opiniões dos opositores ao acordo ortográfico (grupos editoriais; especialistas da língua portuguesa e escritores, e reivindicações dos movimentos opositores ao acordo ortográfico); os descompassos do processo: as principais diferenças identificadas entre os dois países e a identificação de outros interesses (comercial e económico, fortalecimento da CPLP e intercâmbio cultural), que influenciaram de forma a efetivar a implementação do acordo ortográfico.

Apesar das divergências de opiniões apresentadas nos jornais online, a maioria dos registos mostrou um teor positivo, no sentido da unificação da escrita. Os valores destacados nas publicações estão relacionados com a missão estratégica de fortalecer a lusofonia.

Entre as principais conclusões, destacamos o fato do acordo ortográfico ter sido assumido positivamente pelos dois países, sendo que no Brasil o processo de implementação foi mais pacífico e, em Portugal, mais conflituoso, prolongado e acompanhado por reivindicações contrárias.

Palavras-chave: comunicação política, acordo ortográfico, opinião pública

ABSTRACT

This thesis focuses on the political communication associated with the orthographic agreement's process, which involved two of the main countries of the Community of Portuguese Speaking Countries – Brazil and Portugal. The bibliographic review substantiated the theoretical background about the agreement; the historical and cultural relations between the two countries and the political communication, unfolded in institutional communication and public opinion. This literature review strengthened the justification for this topic's choice, as important and actual.

The main objective of this investigation was to study the public opinion of Portugal and Brazil concerning the orthographic agreement, presented by important newspapers from these countries. Secondly, we proposed to identify the opinions that were against or for the agreement, as well as political and economic interests presented by the two countries. We opted for the qualitative method of research, and choosing four major on-line newspapers as source of information.

The content analysis was the tool used for data processing and the categories and sub-categories that emerged from this process were: the opinions of government representatives; opinions of those who are against the agreement (editorial groups, experts in Portuguese language and writers, and demands of movements that were against the agreement); the disagreements of the process: the main differences acknowledged between the two countries and the identification of other interests that pushed towards the implementation of the orthographic agreement.

Despite the different opinions present in the on-line newspapers, most of the records had a positive connotation, from a writing unification point of view. The values highlighted on the articles are related to the strategic mission of strengthening the lusophony.

Among the main conclusions, we highlight the fact that the orthographic agreement was positively assumed by the two countries, although in Brazil the implementation was more peaceful, while in Portugal it was more quarrelsome, slower and followed by contrary claims.

Keywords: political communication, orthographic agreement, public opinion

Introdução	7
Parte I - Enquadramento Teórico.....	10
Capítulo 1 - Acordo Ortográfico	10
Capítulo 2 - Relações entre Brasil e Portugal: laços históricos e culturais	16
Capítulo 3 - Comunicação Política: as relações dinâmicas entre os atores políticos	24
3. 1. A comunicação dos representantes políticos	28
3. 2. A importância da opinião pública nos processos políticos	31
Parte II – Estudo Empírico.....	38
Capítulo 1 - Metodologia.....	38
Capítulo 2 - Apresentação e discussão dos dados	42
2. 1. Opiniões dos representantes do governo.....	43
2. 2. Opiniões dos opositores ao acordo ortográfico.....	49
2. 2. 1. Grupos editoriais	50
2. 2. 2. Especialistas da língua portuguesa e escritores.....	53
2. 2. 3. Reivindicações dos movimentos opositores ao acordo ortográfico	58
2. 3. Os descompassos do processo: as principais diferenças identificadas entre os dois países.....	61
2. 4. Identificação de outros interesses	66
2. 4. 1. Comercial e económico	67
2. 4. 2. Fortalecimento da CPLP	68
2. 4. 3. Intercâmbio cultural	70
Considerações Finais	75
Bibliografia	81

Introdução

Esta dissertação insere-se no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação – comunicação política e pretende ser um estudo original que trate sobre um assunto atual como é o caso da comunicação política no processo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, envolvendo dois dos principais países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Brasil e Portugal.

O acordo ortográfico tem sido tratado pelos seus proponentes como uma forma de aproximação política e cultural dos países de língua portuguesa e como um caminho de fortalecimento económico e comercial desses mesmos países.

O debate que tem sido travado nos meios de comunicação destaca várias questões de interesse que envolvem o acordo ortográfico: o jogo político; a estratégia para o mercado editorial; o intercâmbio cultural e a competitividade internacional.

Diversos aspectos estão em jogo, desde a aceitação da nova ortografia até à sua ratificação e implementação definitiva. O fortalecimento e a internacionalização dos países da CPLP, através da consolidação da língua portuguesa, constituíram-se tema central de várias reuniões e encontros no cenário político desta comunidade; daí ter sido alvo de grande debate e de ter ocupado espaço importante nos *media*.

É consensual que Brasil e Portugal são os países de maior influência política no conjunto dos países de língua portuguesa, sendo também entre eles que se desenvolveu com maior riqueza as interações políticas em torno do assunto em destaque: o acordo ortográfico.

Segundo Sousa (2010), o entendimento entre os estados membros da CPLP possibilita a solução de problemas político-institucionais e destaca que o fortalecimento da CPLP tem grande interferência da cooperação luso-brasileira no desenvolvimento dos demais países-membros desta comunidade, uma vez que Portugal e Brasil representam os seus interesses nacionais e internacionais.

O mesmo autor reconhece a identidade linguística como o elo de ligação entre os membros da CPLP e, além disso valoriza os laços históricos e culturais entre Brasil e Portugal para sobressaírem juntos no âmbito mundial, pois os dois países veem-se como um “parceiro natural para suas ações de cooperação externas” (2010: 36). Para além disto, enquanto membros da CPLP, o Brasil estaria a representar a América e Portugal, a Europa.

Reconhecendo a importância destes dois países no contexto da CPLP e a atualidade da temática sobre o acordo ortográfico é que optamos por estudar estas questões em articulação. Assim, foi necessário desenvolver um enquadramento teórico que abordasse a comunicação política no Brasil e em Portugal em torno do acordo ortográfico, como ponto de convergência ou de divergência política entre eles.

O conceito de comunicação política é útil para facilitar o entendimento das interações dinâmicas com significativa repercussão social e dos intercâmbios articulados entre os responsáveis pela tomada de decisões políticas e outros constituintes da sociedade: políticos, escritores, jornalistas e cidadãos (Canel, 2006).

Para o desenvolvimento das temáticas foi necessário recorrer a fontes de informações que fossem ricas deste conteúdo, e através das quais se pudesse reconhecer principalmente as opiniões dos políticos e governantes e, secundariamente a de outros atores envolvidos como: especialistas da língua portuguesa, escritores e editores, que, de forma direta ou indireta interferiram no debate e no processo de implementação do acordo ortográfico nos países destacados.

A escolha das fontes de informação recaiu sobre os dois principais jornais online de cada um dos dois países.

Os *media* digitais têm sido cada vez mais valorizados, pois ao acompanharem o desenvolvimento tecnológico, possibilitam a rapidez da circulação de informações e uma maior facilidade de acesso às mesmas, por um número cada vez maior de leitores. As razões mais detalhadas desta opção estão descritas no tópico sobre a metodologia.

Nesta construção do estudo perseguimos o objetivo principal de estudar as opiniões públicas de Portugal e do Brasil referentes ao acordo ortográfico, apresentadas nos quatro jornais de grande circulação nesses países. Secundariamente, propusemo-nos a identificar as opiniões favoráveis ou não ao acordo, assim como os interesses políticos e económicos manifestados pelos dois países.

Por esta razão sentiu-se a necessidade de incluir no enquadramento teórico uma revisão da literatura que permitisse o entendimento da opinião pública, ainda na primeira parte do estudo.

Através do estudo da opinião pública, conseguimos compreender de que forma as atitudes dos governantes movimentam todo o cenário político, provocando reações de diferentes amplitudes, que vão desde os partidos da oposição, líderes de opinião, representados, neste caso, pelos especialistas da língua portuguesa, escritores e empresas editoriais, até aos cidadãos comuns. Por sua vez, as opiniões destes grupos

sociais ganham mais ou menos impacto junto dos responsáveis políticos, influenciando nas suas atitudes e na forma como o processo é conduzido.

Mais do que nunca a globalização, principalmente através dos meios de comunicação digitais, faz com que a opinião pública ultrapasse as fronteiras internacionais, permitindo a construção de percepções entre os diferentes países.

Assim, com o enquadramento teórico foi possível demonstrar a importância e a justificação da temática escolhida, uma vez que a comunicação política se faz através dos atores envolvidos num determinado fenómeno (políticos e cidadãos) e dos *media* que permitem divulgar as opiniões destes mesmos atores. Neste enquadramento teórico, foi destacada também a comunicação entre as instituições de um estado-nação, não através da comunicação institucional oficial, mas daquela comunicação que chega aos cidadãos pelos meios de divulgação de massa.

Em síntese, na primeira parte foi desenvolvido um enquadramento teórico onde se destacam as seguintes temáticas: a contextualização do acordo ortográfico, as relações internacionais e os acordos políticos, e ainda um estudo aprofundando da comunicação política e da comunicação institucional, através do estudo das opiniões públicas.

Para alcançar os objetivos propostos, foi traçado um caminho metodológico, descrito na segunda parte. Optou-se pelo método qualitativo, recorrendo à escolha de quatro jornais online como fonte de informações. A análise de conteúdo foi a ferramenta escolhida para o tratamento dos dados e a construção das categorias. Ressalta-se que na elaboração do método de investigação pautou-se pelo rigor científico, importante para a contribuição na evolução dos conhecimentos científicos no âmbito profissional.

Em seguida são apresentados os dados agrupados em categorias, onde podemos observar, por exemplo, as posições dos governantes, as principais diferenças no processo entre os dois países e indicações de outros interesses relacionados com o acordo. Na discussão dos dados, foi dada ênfase às contradições e aproximações identificadas entre as publicações online de Portugal e do Brasil, assim como às questões das relações internacionais.

Na última parte do corpo do trabalho encontram-se as principais conclusões, como o fato do acordo ortográfico ter sido assumido positivamente pelos dois países, sendo que no Brasil o processo de implementação foi mais pacífico e, em Portugal, mais conflituoso, prolongado e acompanhado por fortes reivindicações.

Parte I - Enquadramento Teórico

Capítulo 1

Acordo Ortográfico

Em 1500, quando Portugal já era reino e possuía um distinto conhecimento sobre as técnicas da arte de navegar, o Brasil começava a ganhar vida na História, primeiro como “Monte Pascoal”, depois como “Ilha de Vera Cruz”, “Terra de Santa Cruz” e mais tarde, “Brasil”. Por volta de 1530, a política colonialista do reinado de Dom João III enviou para o Brasil jesuítas e colonos com o duplo propósito de iniciar a expansão da língua portuguesa e a ocupação e povoação das terras. Nesta altura, estimam-se que no território brasileiro eram falados cerca de 1500 dialetos indígenas, que deu lugar, 250 anos depois, ao português, como língua oficial do Brasil instituída por Marques de Pombal.

Com a chegada dos povos africanos e mais tarde, no início do século XX, dos italianos e alemães para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar e de café, a língua portuguesa falada no Brasil foi aos poucos modificando-se e a ela acrescentaram-se novas palavras e expressões influenciadas pelas culturas destes imigrantes.

Em 1911, no eco da Implementação da República em Portugal, foi instituída a Reforma Oficial da Ortografia Portuguesa, que propunha uma ortografia simplificada. No entanto, esta remodelação na escrita não foi acordada com a República do Brasil e desde então, co-existem duas grafias que, ao longo do tempo, foram sendo modificadas pela evolução natural da comunicação destes diferentes povos.

A língua portuguesa é falada por cerca de 240 milhões de pessoas em todo o mundo, sendo que só no Brasil há 192 milhões de habitantes (estimativa do último censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) (Correia, 2011).

Pretende-se, assim, que o Português seja uniforme, que simplifique e harmonize a comunicação escrita entre os países da CPLP. Esta harmonização da comunicação poderá ser sentida a nível cultural (literatura, novelas, teatro, cinema), nível comercial (na redação de contratos, acordos, propostas) e também na própria imprensa (jornais impressos, jornais online, revistas, programas de televisão).

A unificação da língua também se mostra essencial para o plano internacional, onde atuam três grandes línguas: o Inglês, o Francês e o Espanhol. Entre estas, a língua portuguesa é a única que apresenta duas grafias oficiais, sendo que com a unificação, ganhará maior destaque a medida que se firmar e adquirir peso perante os demais idiomas.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi assinado em Lisboa em 16 de dezembro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e pelas delegações de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

É possível ler na Resolução n.º 26/91, de 23 de agosto, que o acordo representa “um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional”. Neste mesmo documento também observamos o acordo ortográfico como sendo o resultado de “um profundo debate” entre os seguintes países: República Popular de Angola, República Federativa do Brasil, República de Cabo-Verde, República da Guiné-Bissau, República de Moçambique, República Portuguesa e República Democrática de São Tomé e Príncipe.

O artigo 2.º desta resolução definiu que os Estados signatários, “através das instituições e órgãos competentes” deveriam tomar “as providências necessárias com à elaboração, até 1 de janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas”.

Para além disto, previa-se que o acordo entrasse em vigor a partir de 1 de janeiro de 1994, depois que todos os Estados depositassem no Governo da República Portuguesa os documentos de ratificação.

Acompanha esta resolução o anexo I que corresponde ao documento sobre a aprovação do acordo e o anexo II, que apresenta uma nota explicativa. Através da leitura deste último anexo, identificamos vários dados históricos, apresentados no ponto “Memória breve dos acordos ortográficos”. Estas informações ajudaram a entender melhor os contornos que envolveram o acordo de 1990, identificando semelhanças com os acordos anteriores. O primeiro parágrafo desta nota afirma que “a existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, tem sido considerada como largamente prejudicial para a unidade internacional do português e para o seu prestígio no mundo” (Resolução n.º 26/91, p. 4382).

Neste sentido, depois da reforma de 1911, que por apenas ter sido implementada em Portugal originou uma maior bifurcação na língua portuguesa, foi aprovado em 1931 o primeiro acordo ortográfico entre Portugal e Brasil, que também não saiu do papel. Mais tarde, foi realizada a Convenção Ortográfica de 1943, em que se criou o Formulário Ortográfico de 1943, que também não resultou, uma vez que as duas Academias apresentaram vocabulários com várias divergências. Mais uma tentativa foi feita na Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945, resultando na implementação do acordo novamente apenas por Portugal.

Ainda a apresentar muitas diferenças ortográficas e na tentativa de as minimizar, foram promulgadas em 1971 no Brasil e, em 1973, em Portugal, “leis que reduziram substancialmente as diferenças ortográficas entre os dois países”. Em 1975, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras desenvolveram uma estrutura de um possível novo acordo que não foi aprovado oficialmente por razões políticas, prevalecentes em Portugal.

O marco histórico aconteceu em 1986, quando Brasil e Portugal reuniram-se pela primeira vez com os cinco países africanos lusófonos outrora colonizados por Portugal. Neste encontro ficou estabelecido outro acordo ortográfico, que também não surtiu efeito devido à forte reação contrária sentida em Portugal.

A nota explicativa em questão também apresenta uma análise que aponta justificações para os acordos anteriores ao de 1990 não terem resultado. Uma delas é que tanto o acordo de 1945 como o de 1986 tentavam impor uma unificação absoluta da ortografia. O acordo de 1945 sugeria uma unificação ortográfica abrangendo quase 100% do vocabulário, o que feria dois pontos inaceitáveis para os brasileiros: o regresso à adoção das consoantes mudas, eliminadas há muitos anos, e também a mudança dos acentos circunflexos (Antônio) para os acentos agudos (António), conforme a grafia portuguesa. Já o acordo de 1986 propunha uma unificação de 99,5% do vocabulário, implicando a “simplificação drástica do sistema de acentuação gráfica”, não tendo sido aceite pela maioria da população portuguesa.

Esta análise presente na nota explicativa concluiu que “não é possível unificar por via administrativa divergências que assentam em claras diferenças de pronúncia, um dos critérios, aliás, em que se baseia o sistema ortográfico da língua portuguesa”. Neste sentido, o documento afirma que a solução passaria pela elaboração de uma unificação a pensar no futuro da língua e não na preservação do seu passado. O acordo ortográfico de

1990 propõe, assim, uma unificação de 98% das palavras da língua portuguesa – uma versão “menos forte”, mas “suficientemente forte para unificar” o Português.

Em julho de 1998, foi assinado o Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que mantinha a condição de que todos os estados-membros da CPLP deveriam ratificar o acordo para que ele pudesse vigorar, no entanto sem apontar uma data para tal. Este protocolo modificativo também não foi suficiente para que as mudanças saíssem do papel.

É importante ressaltar que a República Democrática de Timor-Leste aderiu à Comunidade de Países da Língua Portuguesa apenas em 2002, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de governo da CPLP. A partir deste momento, todas as decisões relacionadas com o acordo ortográfico integraria também Timor-Leste.

O Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi assinado em 2004, durante a cimeira da CPLP, no Brasil. Aqui, ficou estabelecido que o acordo entraria em vigor a partir do momento em que três países apresentassem em Lisboa a sua ratificação. O que de fato aconteceu, uma vez que Brasil e Cabo Verde o fizeram a 12 de junho de 2006, e São Tomé e Príncipe, em 6 de dezembro de 2006. Este protocolo modificativo entraria em vigor “no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados membros da CPLP tenham depositado, junto da República Portuguesa, os respectivos instrumentos de ratificação” (Decreto n.º 6.585, de 29 de setembro de 2008).

Sendo assim, o acordo ortográfico já está em vigor desde 1 de janeiro de 2007, no entanto, foi estipulado um prazo de seis anos para a adaptação e aplicação da nova grafia.

O Brasil escolheu o centésimo aniversário da morte do escritor Machado de Assis, 29 de setembro de 2008, para anunciar a promulgação do acordo ortográfico. Nesta cerimónia, o presidente da altura, Luís Inácio Lula da Silva, apresentou o cronograma no qual o Brasil se comprometia a implementar a nova ortografia. Assim, o Brasil foi o primeiro país da CPLP a implementar as mudanças ortográficas, já em janeiro de 2009. No entanto assumiu que as mudanças iriam decorrer de forma gradual até 2013 – data definitiva para todos os países envolvidos. Em janeiro de 2009, os principais jornais brasileiros (Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Globo e o Jornal do Brasil) passaram a utilizar as novas regras ortográficas.

Os ministérios da Educação, da Cultura e das Relações Exteriores, com a colaboração da Academia Brasileira de Letras, assumiram o compromisso de elaborar

um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, juntamente com os países signatários do acordo.

Para além disto, o presidente Lula da Silva anunciou no Decreto n.º 6.586, de 29 de setembro de 2008, que o Ministério da Educação distribuiria livros escolares à rede pública de ensino de todo o país.

Em Portugal, o Segundo Protocolo Modificativo do acordo ortográfico foi promulgado pelo presidente da República, Cavaco Silva, em julho de 2008, e o documento de ratificação foi depositado a 13 de maio de 2009. A sua implementação só foi anunciada a 9 de dezembro de 2010, através da Resolução n.º 8/2011, que reconhece a língua portuguesa como sendo parte do património cultural de Portugal e por isto deve ser protegida, valorizada e partilhada num panorama internacional.

Para além disto, esta resolução baseia-se na Constituição, que defende uma “política da língua, unificada e eficaz, como eixo fundamental do desenvolvimento cultural, económico e social dos portugueses”. Neste documento, o governo português também reforçou o principal objetivo do acordo ortográfico de 1990: “contribuir para a expansão e afirmação da língua, através da consolidação do seu papel como meio de comunicação e difusão do conhecimento, como suporte de discurso científico, como expressão literária, cultural e artística e, ainda, para o estreitamento dos laços culturais”.

Portugal comprometeu-se, assim, a “criar documentos e adotar medidas que assegurem a unidade da língua portuguesa e a sua universalização”; a implementar a nova ortografia nas escolas a partir de setembro de 2011, e nas demais instituições do governo, no início de 2012.

Tendo como referência o momento em que o Brasil promulgou e comprometeu-se a implementar o acordo ortográfico, foram vários os protagonistas políticos que marcaram presença ao longo deste processo. E para facilitar a interpretação dos dados, expostos no capítulo “Apresentação e discussão dos dados”, é importante referir que o período de análise deste estudo abrangeu em Portugal, o final do XVII Governo Constitucional (2005-2009) e o XVIII Governo Constitucional (2009-2011), ambos com José Sócrates como primeiro-ministro. Os dois governos mantiveram-se durante o mandato do presidente Cavaco Silva, e foram constituídos pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros: Luís Amado; Ministra da Educação: Isabel Alçada; Ministro da Cultura: Pinto Ribeiro, que em 2009 foi substituído por Gabriela Canavilhas.

No Brasil, este estudo abrangeu o governo do presidente Lula da Silva e dos seguintes ministérios - Ministro das Relações Exteriores: Celso Amorim; Ministro da Educação: Fernando Haddad e Ministro da Cultura: Juca Ferreira.

Recorde-se que o acordo propõe alterações que abrangem apenas a ortografia das palavras, não incorrendo na sua pronúncia e expressividade da língua falada em cada país.

A Academia de Ciências de Lisboa apontou que das 110.000 palavras, cerca de 2000 serão alteradas, sem contar as palavras com hífen e as que vão deixar de utilizar o trema. Preveem-se que as mudanças no Brasil sejam de 0,5%, e, em Portugal, de 1,6%. De forma geral, as maiores alterações dizem respeito à utilização de hífen, do acento agudo e circunflexo, das consoantes mudas, do trema, das letras maiúsculas e minúsculas e da introdução das letras “k”, “w” e “y”, que não faziam parte do alfabeto português.

As alterações de conteúdos, que se notam maioritariamente na ortografia portuguesa, foram baseadas em primeiro lugar em critérios fonéticos e, depois, nos etimológicos. Por esta razão, ficou estabelecido a supressão das consoantes mudas ou não articuladas. Este critério baseado na pronúncia também pressupôs a manutenção da grafia dupla, uma vez que algumas palavras são pronunciadas de diferentes formas nos dois países; como por exemplo “recepção” no Brasil e “receção” em Portugal.

Uma questão política, uma visão estratégica para o mercado editorial, ou uma necessidade intercultural fruto da globalização. Diversos aspectos estão em jogo, desde a aceitação da nova ortografia até a sua ratificação e implementação definitiva. Podendo ter ainda como questão central o fortalecimento e a internacionalização dos países da CPLP através da consolidação da língua portuguesa.

Capítulo 2

Relações entre Brasil e Portugal: laços históricos e culturais

Hoje é comum ouvirmos e falarmos em “português do Brasil” e em “português de Portugal”. Almino (citado por Abdala Junior, 2003) destaca que o intercâmbio literário entre Brasil, Portugal e também entre a África promove um enriquecimento mútuo. “Parentes próximos” da literatura, as telenovelas brasileiras são uma presença incontestável nos canais abertos portugueses, assim como a música e a culinária brasileira são bastante conhecidas em Portugal e vice-versa. Do outro lado, temos um “novo mutante” – a expressão de Ribeiro (citado por Abdala Junior, 2003) pretende retratar que o Brasil, ao mesmo tempo que alberga uma miscelânea de procedências, raças e tradições, ainda preserva muitas das características dos portugueses. Sendo que a língua, por si só, representa o legado ininterrupto com Portugal.

Unidos pela mesma “língua-mãe” e por antepassados em comum, Portugal e Brasil reforçam não só as suas parcerias económicas e políticas como também aproximam identidades através dos laços culturais.

Neste sentido é pertinente identificar alguns conceitos de nação, para complementar estas questões de proximidade dos povos e justificar a importância de uma língua comum.

Abdala Junior (2003: 11), em seu livro “Incertas Relações: Brasil-Portugal no Século XX” apresenta um conceito interessante de nação: “comunidade imaginada” – termo este da autoria de Benedict Anderson.

Espírito Santo (1997) expõe o conceito de nação como um agregador de características históricas, religiosas e sociais comuns de um povo, reunido num território e sob a liderança de um poder político. Para os autores Almond e Powell (citados por Espírito Santo, 1997), a nação partilha não só uma identidade histórica, mas também um destino.

Já Sousa (2010: 42) considera que no conceito de nação podemos encontrar o “fundamento de legitimidade do Estado”. Para este autor, a estratégia de uma nação passa por aspectos geográficos, antropológicos, históricos e económicos.

A compreensão deste conceito colabora na integração da temática estudada, isto é, o acordo ortográfico e as questões políticas de um país. Assim, mesmo havendo diferentes posições, estilos de vida, é necessário encontrar pontos de equilíbrio político,

nos quais prevaleçam o consenso, para que possam ser construídas, estrategicamente, fortalezas que coloquem em marcha interesses comuns. O acordo ortográfico, apesar das polémicas geradas, tem-se mostrado como unificador das nações de língua portuguesa, na direção dos mesmos interesses comerciais e económicos.

Neste ponto procuramos também identificar os aspectos que envolvem o processo de negociação entre várias nações, com enfoque nas situações relacionadas com as negociações pacíficas, ou seja, que não recorrem à imposição da força, nem apelam ao estado de guerra.

Sobre o surgimento das relações políticas nos contextos nacional e internacional, podemos destacar a obra de Fernandes (1991), “Relações Internacionais: Factos, Teorias e Organizações”, que aponta que as relações políticas entre os Estados nasceram com os intercâmbios de mercadorias e de indivíduos dentro de entidades políticas, dando origem às relações diplomáticas.

Em 1964, foi celebrada a Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas. A partir de então ficou estabelecida a igualdade jurídica dos Estados – um importante marco para as relações bilaterais amigáveis.

Na comunidade internacional os Estados são as “unidades de base” e “continuam a ser os principais agentes da política mundial”, promovendo o desenvolvimento de relações entre os demais países e dando apoio às organizações internacionais e permitindo que as empresas estrangeiras coexistam em seus territórios (Fernandes, 1991: 20).

O autor defende que os sistemas políticos não se restringem aos seus mecanismos internos, sendo influenciados também pelas motivações externas, pelo contexto mundial e pela relação com os demais países. Os fatores que condicionam as decisões de um determinado país passam pelas relações de interdependência, que vão desde os acordos, passando pelas alianças, conflitos, até às relações de dominação-submissão.

Assim, as organizações internacionais relacionam-se entre si económica e culturalmente, de forma a resolverem os principais problemas que abrangem todos os países e preservarem a paz entre estes. E juntamente com os Estados e as empresas multinacionais e transnacionais, as organizações internacionais formam os principais decisores de questões internacionais, relacionando-se com governos e grupos sociais que têm os mesmos interesses e regem-se pela soberania dos Estados.

Neste sentido, o autor destaca a importância de se estudar a relação do poder e do Estado-nação, destacando que na política internacional o poder é o resultado de contornos históricos, das condições materiais e das desigualdades existentes em cada país. Também cita Kaiser (1971), para quem o carácter internacional abrange as relações entre agentes sociais de diferentes nações. Assim, a tomada de decisões dentro das organizações internacionais reflete as relações de força entre os vários estados-membros.

Cada Estado possui poder jurídico para decidir se opta pelas “relações pacíficas ou amigáveis”, como a realização de acordos, convenções, tratados, ou então, pelas “relações conflituosas”, como as guerras. Para Fernandes, as relações amigáveis são um meio “normal, quotidiano e pacífico” e podem ser de três tipos: de reciprocidade (relações consulares e diplomáticas), de cooperação (do tipo política, económica, militar, social, cultural e científico) e de integração. O mesmo autor também destaca a importância que os representantes do governo têm no processo de tomada de “decisões simbólicas” (1991: 64).

Estas relações podem acontecer bilateral ou multilateralmente e podem envolver conferências diplomáticas, cimeiras entre chefes de Estado e outros representantes do governo e das organizações internacionais. Assim como o processo do acordo ortográfico que decorreu através de discussões pacíficas debatidas em cimeiras.

Já as relações conflituosas caracterizam-se pelo seu “aspecto mais problemático resultante de dificuldades de vária ordem e que dão origem a desacordos, a diferendos, ou mesmo a litígios” (Fernandes 1991: 21-22).

Relativamente às relações pacíficas, Fernandes (1991: 25) não exclui os momentos negativos que possam ocorrer, mas defende que os processos amigáveis ultrapassam “os aspectos susceptíveis de perturbar o ambiente de cordialidade e de impedir a satisfação dos interesses comuns que lhe estão subjacentes”.

Apresenta a teoria funcionalista das relações de integração, que define que a paz e a cooperação são possíveis através da existência de “tarefas funcionais de natureza técnica e económica e não da criação de novas estruturas institucionais no plano político”. Segundo esta perspectiva, as relações devem ter em conta as necessidades comuns das comunidades e as formas de agir conjuntamente na procura de solução para as crises que abrangem os países. No caso da paz a nível internacional, esta poderia ser alcançada quando todos os países tiram “o máximo de proveito do potencial integrador” de todas as sinergias socioeconómicas (Fernandes, 1991: 258-261).

Também nesta direção, Senhoras (2011: 40-41) faz referência à compreensão do poder no panorama internacional que passa pelo reconhecimento de que a ecopolítica é “construída pela pluralidade de atores estatais” que agem transnacionalmente. E, embora a sua obra - “Marcos evolutivos da política à economia nas negociações internacionais ambientais” - seja um estudo voltado para a área do ambiente, podemos ressaltar um pensamento do autor que se aplica também aos processos de estabelecimentos de acordos e negociações entre governos e organizações internacionais. Neste sentido, o autor destaca que nas relações internacionais tem-se procurado estreitar a relação entre os povos, de forma a incentivar a “interdependência e a solidariedade internacional”. Fala-se em “comportamentos internacionais”, em que prevalece o princípio da cooperação para solucionar problemas que dizem respeito a todos os países envolvidos.

Gomes (2003), em seu artigo "Negociação política e comunicação de massa", apresenta o conceito de "negociação", que consiste num conjunto de interações políticas tais como os acordos, as alianças, as retaliações e os conflitos. O autor considera a corrupção, a ameaça e as intimidações formas ilegítimas de negociação política. Por sua vez, os acordos e as alianças são considerados ações positivas, que se posicionam a favor da elegibilidade de um candidato em período eleitoral ou asseguram o mandato de quem está atualmente no governo. No entanto, o autor acredita que as alianças não deixam de seguir princípios da competição, em que todas as partes envolvidas esperam obter vantagens e bons resultados.

Também Brailard (1990) se posiciona de forma semelhante, pois resalta que as interações e a relação de cooperação são mais importantes que as relações de conflito. Para este autor cada Estado preocupa-se com os seus interesses nacionais, e quando estão em causa as relações com diferentes países, passam a atuar forças transnacionais, relacionadas com as interações económicas, sociais e tecnológicas. Para além disto, aponta que as investigações sobre acordos de paz podem incidir tanto nos pontos positivos como nos negativos que envolvem este processo de negociação. Por negativos, entendem-se as causas do conflito (no caso de haver um conflito) e o uso de violência.

Nesta perspectiva são analisadas as ligações sociais entre os países que impedem e/ou travam o uso da violência e asseguram a paz, e as mais-valias que o acordo irá trazer para os países envolvidos. Para além disto, o autor destaca que a resolução de um conflito internacional pode ser conseguida através da aniquilação do adversário, ou então, através da dissolução dos interesses e objetivos opostos. Já as técnicas utilizadas

para se alcançar uma ou outra resolução podem ser ou não pacíficas e institucionalizadas. E aqui o autor aponta algumas opções possíveis: um dos países envolvidos pode ceder e aceitar a posição do outro; um dos países torna-se “vencedor” porque recorreu à violência, força ou ameaça; os dois países acabam por ceder, de forma pacífica, ao ponto de encontrarem um equilíbrio entre as ideias opostas e assim, assinarem um acordo.

Nestes estratégias diplomáticas as “armas” utilizadas podem advir do panorama económico, militar e também da própria opinião pública. Para McNair (2007), os protagonistas políticos (governos e organizações internacionais) podem utilizar os meios de comunicação para tentar trabalhar a opinião pública a seu favor, recorrendo assim aos canais de comunicação que conseguem chegar ao mundo todo, de forma a difundirem os seus objetivos políticos e influenciarem a opinião pública e a própria política. O autor considera também que a opinião pública nacional ou internacional é o fator-chave para a elaboração e execução da política internacional, sendo que o que se passa fora da fronteira de uma nação é também de interesse nacional, porque acaba por afetar e influenciar a política do próprio país, que poderá lucrar ou sofrer as consequências da resolução.

Aplicando este raciocínio ao caso do acordo ortográfico da língua portuguesa, podemos considerar que a sua resolução irá atingir toda a população dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e não apenas a relação política entre os diferentes governos.

Com um ponto de vista próximo do de McNair, Giddens (citado por Negrine, 1996) refere-se à globalização como sendo uma intensificação de relações sociais pelo mundo, capazes de interligar locais distantes, aproximando-os e fazendo com que os seus acontecimentos sejam conhecidos rapidamente. Através das tecnologias da comunicação, a identidade e a cultura de cada nação contribui para compor uma identidade e uma cultura mundial. Essa elaborada rede de contatos entre diferentes pontos do mundo acaba tendo uma significativa influência na política e nas relações internacionais, tanto num nível informal, como formal.

A diplomacia internacional está constantemente presente na cobertura mediática, através dos casamentos reais, tomadas de posse, funerais, inaugurações, assinaturas de protocolos, acordos de paz, entre outros acontecimentos.

Também Hallin e Mancini (citados por Negrine, 1996) defendem que, a partir do momento em que os meios de comunicação social divulgam estes acontecimentos, estão

a fazer com que a audiência partilhe valores. Seja num âmbito nacional ou internacional, os eventos políticos ao serem repercutidos pelo mundo todo, ganham espaço na vida de diferentes nações, permitindo que estas façam também parte destes momentos históricos, seja como leitores, observadores ou mesmo ouvintes.

Ressaltam também o poder natural dos meios de comunicação, que ao fazerem a cobertura destes eventos internacionais, estão a expor os agentes políticos aos olhos do mundo, obrigando-os a repensarem as suas relações e posições políticas.

Neste contexto, Gowing (citado por Negrine, 1996) exemplifica que a divulgação de imagens de guerra ou de atrocidades consegue ter influência sobre a decisão dos líderes políticos, que de certa forma, podem sentir-se pressionados a tomarem determinada posição.

Negrine (1996) acredita que os meios de comunicação são “centrais e intrusivos” para a comunicação entre as nações, os agentes políticos e os cidadãos, podendo até ser considerados parte do processo de diplomacia. No entanto, esta participação pode decorrer de várias formas, manifestando-se na capacidade de trazer “à tona” importantes informações, contribuir para o surgimento de novos acontecimentos e influenciar a opinião pública, através da simples ação de divulgar, por exemplo, aspectos “dramáticos” da vida de um determinado político.

Considerando que a política internacional abrange as relações entre os homens e a sociedade, podemos recorrer à hipótese de Mongenthau (citado por Braillard, 1990), para quem o poder e a procura pelo poder são o princípio fundamental das relações políticas, sendo que esta busca faz parte do instinto dos Homens. No caso da política internacional, a busca pelo poder está concentrada nas mãos de cada nação, que deseja manter ou alterar o seu *status quo*.

Dougherty e Pfaltzgraff (2003) citam Doyle, para quem a paz entre diferentes nações pode ser assegurada através da preservação de princípios culturais e políticos semelhantes. Podemos assim, remeter esta teoria para os países de enfoque neste estudo, Portugal e Brasil, que têm em comum um importante fator – a língua portuguesa.

Sousa (2010) aponta que a amizade e a relação diplomática entre Portugal e Brasil fortaleceu-se após o fim do período ditatorial, na década de 70 no caso português e na de 80, no brasileiro. Como dois momentos importantes, podemos referir a assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação, em 1991; e em 2000, o reforço do Tratado da Amizade, Cooperação e Consulta, primeiramente assinado em 1953.

Hoje observamos que as sinergias entre os dois países acontecem em vários níveis: económico, comercial, cultural, artístico e turístico.

No panorama económico, o Brasil está inserido no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Portugal faz parte da União Europeia. Para além disto, Sousa (2010) acredita que a integração dos dois países em projetos regionais contribui para a relação entre ambos e também para o seu enriquecimento. Segundo este autor, as energias renováveis e a criação de uma área de livre comércio entre os dois países estão entre as suas principais metas económicas. A nível cultural e artístico, o intercâmbio entre Portugal e Brasil dá-se principalmente através da música e da literatura. E o turismo é outra área marcante e dinâmica que tem contribuído ainda mais para a aproximação destas duas comunidades.

Segundo Sousa (2010), a criação da CPLP, em 1996, foi baseada num acordo político e diplomático e no compromisso em promover a língua portuguesa. Estiveram também envolvidas motivações históricas, políticas e económicas, para além da grande identidade em comum – a língua portuguesa. A lusofonia é alimentada por todos estes fatores, sendo que o idioma é enriquecido pela variedade étnica e cultural de todos os países da CPLP.

Para o mesmo autor, o reconhecido entendimento entre os estados-membros desta comunidade possibilita a solução de problemas político-institucionais que possam surgir, uma vez que representa uma importante oportunidade para as articulações políticas. Afirmar ainda que o fortalecimento da CPLP passa pela cooperação luso-brasileira, importante para aprimorar o desenvolvimento dos demais países-membros, uma vez que Portugal e Brasil retratam no interior da comunidade os seus interesses nacionais e aqueles que almejam internacionalmente.

O autor reconhece que, embora a identidade linguística seja o elo de ligação entre os membros da CPLP, é uma das vertentes que apresenta mais falhas. No entanto, vê no acordo ortográfico um “inegável facilitador para o aprendizado do idioma, para a implementação de programas de intercâmbio e de treinamento de professores, a publicação de livros didáticos de interesse comum e para a promoção, cada vez mais ampla, do conhecimento compartilhado” (Sousa, 2010: 62).

Na opinião do autor, Brasil e Portugal aproveitam o fato de falarem o mesmo idioma e de terem laços históricos e culturais, para sobressaírem juntos no âmbito mundial, pois os dois países veem-se como um “parceiro natural para suas ações de

cooperação externas” (2010: 36). Para além disto, enquanto membros da CPLP, o Brasil estaria a representar a América e Portugal, a Europa.

Sousa (2010) afirma que após a independência do Brasil, a relação entre os dois países minimizou-se, o que reflete, atualmente, a forma como ambos compreendem e contribuem para a lusofonia. De acordo com o autor, a lusofonia e a oportunidade de relacionar-se com os demais países que falam a língua portuguesa tem sido mais valorizada por Portugal nas últimas décadas, do que no Brasil, onde esta valorização não tem o mesmo peso.

De 1990 a 2003, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Cabo Verde não eram consideradas áreas de interesse por parte do Brasil, que, conseqüentemente, não reconhecia o importante papel que a CPLP tinha para as relações externas brasileiras. Esta postura alterou-se com o governo de Lula da Silva, que, segundo o autor, reconheceu o importante papel dos PALOP para as relações políticas do Brasil.

No entanto, a temática da lusofonia e da articulação com os demais países que falam a língua portuguesa “não conseguem empolgar” a comunidade brasileira, que se mostra “alheia”. Acrescenta que nem mesmo “às elites culturais e políticas tais questões têm encontrado muito eco”, apresentando como explicação o fato de Portugal e Brasil terem “mitos culturais” diferentes. Conclui, portanto, que a lusofonia “satisfaz o nacionalismo luso” e que no interior da CPLP a identidade da língua não é partilhada por todos os países membros, o que representaria um “empecilho para a consolidação desse espaço comunitário”. Dando seguimento a esta teoria, o autor questiona a “supervalorização do elemento linguístico dentro do discurso da lusofonia” e justifica que esta e a própria CPLP acabam por ser estratégias políticas e económicas de Portugal, que, de certa forma, estaria a resgatar os momentos de colonização e expansão da língua portuguesa pelos demais povos do mundo (Sousa, 2010: 72-75).

A língua oficial de um país é, sem dúvida, uma das representações mais valorizadas pelas suas instituições e população. Assim sendo, esta é uma das principais razões que levou à escolha da temática desta dissertação, tanto como o interesse pela forma com que a comunicação social e política de Portugal e Brasil tratou a questão do acordo ortográfico.

Capítulo 3

Comunicação Política: as relações dinâmicas entre os atores políticos

É essencial para este estudo compreender o que é comunicação política, desde a natureza do termo, o seu percurso histórico, assim como a sua aplicação num governo, em contexto internacional e também como se desenrola no espaço público tendo em conta o “jogo” entre políticos, jornalistas e cidadãos.

Canel (2006) conduziu os seus estudos para uma definição de comunicação política como sendo a atividade em que se adotam e aplicam as decisões para a comunidade. A comunicação é essencial para a organização de uma comunidade, estando, por exemplo, no motor de uma campanha eleitoral, e sendo característica base de um Estado democrático.

Discutindo de forma vinculada as questões da política e da comunicação política, a autora ressalta que, embora constituam um espaço comum, política e comunicação têm identidades próprias e são independentes.

Nos estudos de Vieira (2004), encontramos a comunicação tratada como um debate, partilha de opiniões e envolvimento de duas ou mais pessoas. Este entendimento pode ser útil na construção do conceito sobre comunicação política.

A comunicação como forma de persuasão pode ser utilizada nas campanhas e propagandas políticas, assim como na publicidade eleitoral. Gomes (2004) dá ênfase a estas características, associando-as aos comportamentos dos eleitores. Para esta autora, a comunicação política abrange a publicidade eleitoral, produzida para conquistar a massa de eleitores.

Neste sentido, podemos apresentar como protagonistas da comunicação política os *media*, os cidadãos e as organizações políticas. Depois de apresentar uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema, Canel (2006) propõe uma definição de comunicação política, que passa pelas interações dinâmicas com significativa repercussão social e dos intercâmbios articulados entre os responsáveis pela tomada de decisões políticas e outros constituintes da sociedade: políticos, escritores, jornalistas e cidadãos.

Para Sanders (2009), a comunicação política envolve a comunicação das instituições políticas, os aspectos políticos de uma redação jornalística e a propensão da audiência para adquirir informações relacionadas com a política.

Para McNair (2007), encontrar uma definição para comunicação política não é uma tarefa fácil. Após apresentar perspectivas de diversos autores, destaca a comunicação política como sendo a linguagem da política, onde são consideradas a retórica, as linguagens não-verbais e também as ações políticas, como as manifestações e os protestos. Os aspectos visuais do político, isto é, o vestuário, o penteado, a maquiagem, também compõem uma identidade política. Outra definição apresentada prende-se na intenção de quem quer influenciar o espaço público, assim, mais importante que a própria mensagem, são as suas reais intenções.

Os autores de "The professionalisation of Political Communication" afirmam que comunicação política envolve não somente as estratégias elaboradas durante uma campanha eleitoral, mas também a relação entre os políticos, partidos, candidatos, movimentos sociais e os meios de comunicação. Apontam os seus estudos para a questão da profissionalização das pessoas que lidam diariamente com a comunicação política, sendo este um fenómeno moderno, uma consequência das mudanças do sistema político e das práticas dos meios de comunicação social.

Atualmente, são diversas as designações destes trabalhadores: consultor político, assessor político, relações públicas e comunicador institucional. Os diferentes sistemas eleitorais também exercem impacto na natureza da comunicação política e nos níveis de profissionalismo e especialização dos trabalhadores que atuam nesta área (Negrine *et al.*, 2007).

A forma de fazer comunicação política evoluiu com as redes sociais, blogues, fóruns e sites. As estratégias de persuasão são repensadas e adaptadas aos novos suportes informativos. Por esta razão, Negrine *et al.* (2007) defendem que estes profissionais necessitam de aprimoramento constante nestas “novas” áreas e tecnologias; sendo que já observam um crescimento de especialistas e de especializações relacionadas com persuasão e mobilização dos indivíduos, seja enquanto cidadãos, eleitores ou consumidores.

Este processo de mudança no contexto político gera a necessidade de aprimoramento das técnicas de comunicação. Os autores referem-se a "racionalização da persuasão", que compreende, por exemplo, a centralização da comunicação de um governo, a realização de sondagens junto dos cidadãos e pesquisas de audiência sobre a popularidade dos candidatos durante as campanhas eleitorais (Negrine *et al.*, 2007).

No entanto, a comunicação política não se restringe, como concordam diversos estudiosos, ao momento eleitoral, sendo uma prática constante, que interliga os representantes da sociedade e os seus cidadãos.

Utiliza, assim, um conjunto de técnicas e instrumentos estratégicos para atingir objetivos específicos. Diversos fatos sociais, o terrorismo, a espionagem, os pactos (nacionais ou internacionais) entre as instituições políticas; envolvendo acordo ou desacordos; sendo eles amigáveis ou não, são processos cujos objetivos são influenciar, criar parceria ou desenvolver liderança. Nesses contextos, como afirma Sanders (2009), as trocas desenvolvidas a nível dos símbolos comunicacionais influenciam todo o sistema político.

O conceito de representação simbólica da política não é novo, é milenar e perdura na sociedade. Os símbolos cívicos, como a bandeira, o hino nacional, ruas com nomes alusivos às personalidades e líderes que marcaram a história de um povo, podem significar ideal de liberdade entre outros valores e acontecimentos de grande relevância social. Assim, também possuem representação simbólica os feriados, marchas, cortejos, entre outros, que constituem momentos políticos de cada nação.

Atualmente, muitos símbolos são transmitidos e valorizados pelos *media*, dessa forma ajudam a manter a consciência de determinadas instituições políticas, como o governo e os governantes. Assim, estes profissionais, através da comunicação, podem lembrar os cidadãos das obrigações cívicas; informar sobre a constituição e sobre as eleições. No período de campanha, muitos políticos recorrem à imagem política como símbolo popular, associado a instituições e valores que podem promover a sua credibilidade. Neste processo, assim como em outros fenómenos sociais, ocorre uma interação simbólica entre cidadãos, políticos e jornalistas (Canel, 2006).

Gomes (2004) também faz referência à comunicação política como produtora da personalização da imagem, quer do representante de uma nação, quer de determinada instituição. A entidade política dá, assim, vida a uma imagem de marca.

No caso específico do Brasil, a autora considera que nesse país a comunicação política aproxima-se muito da publicidade comercial, sendo mais persuasiva que comunicativa.

Enfatizando a questão dos símbolos, todas as ações e eventos políticos podem ser considerados instrumentos da política, que carregam consigo um valor simbólico, capaz de provocar efeitos e reações, quando acontecem publicamente ou são conhecidos pelo público (Sanders, 2009).

Gomes (2004) também considera que, através da comunicação política, o cidadão pode compreender os “símbolos e representações da vida política”, reconhecer os seus direitos e deveres, identificar os partidos políticos e os cargos públicos representativos. As campanhas eleitorais são veículos para a difusão da simbologia política, evocando a bandeira, o hino, as cores da pátria. A autora apresenta um estudo abrangente e afirma que a boa informação e o estar bem informado são a chave para o sucesso de uma cultura cívica. Cidadãos bem informados conseguem discernir as reais intenções e as estratégias dos políticos que os representam. E estes, por sua vez, têm mais hipóteses de manter-se no poder quando estão de acordo com o interesse da comunidade e conhecem as necessidades e aspirações dos seus votantes.

Espírito Santo (2008) afirma que a comunicação política está ajustada ao espaço e ao tempo, tanto da política, como da esfera pública, e acontece tendo em conta um contexto social e histórico. Para além disto, a comunicação política está constantemente a construir representações simbólicas, a adaptar-se ao sistema e ao momento político.

Tendo em conta a transmissão de símbolos entre cidadãos que agem individualmente ou em sociedade, é pertinente mencionar que a atividade de persuasão envolve aspectos concretos e imaginários, compreendendo o racional e o ilusório. O cidadão, para além de receber informações cognitivas, tem respostas emocionais aos fatos comunicados. Assim, a comunicação política está diante de “um meio, um fim, um valor, uma consequência, uma auto-representação e uma compreensão” (Canel, 2006: 32).

Esta breve pesquisa bibliográfica vem tentando mostrar quão ampla e complexa é a definição de comunicação política, bem como a sua aplicação. Na perspectiva de reforçar essa ideia, verifica-se como vários autores aproximam, ampliam ou divergem as suas definições.

Ao longo da história da comunicação política já se fizeram muitas associações com conflitos políticos, estratégias de guerra, conflitos mundiais, e também à manipulação, coação, e à capacidade de provocar no outro os comportamentos desejados. Em tempos antes de Cristo, esta prática era vista como uma representação simbólica da política, feita para que os cidadãos tivessem conhecimento dos aspectos da sua vida pública. Atualmente, é vista como uma forma mais subtil de propaganda (Canel, 2006).

Já para Sanders (2009), a comunicação política advém do conceito de propaganda, desenvolvida, especialmente, após a I Guerra Mundial. E tendo recebido

influências da psicologia, sociologia, retórica e ciências política, manifesta-se como uma mistura de teorias e abordagens metodológicas.

Verifica-se que a comunicação política, assim como outros componentes da sociedade, sofre constantes e dinâmicas transformações, como bem define Maltez (1996: 345): “o tempo político corre sempre mais depressa que o tempo cultural. A experiência é sempre mais célebre do que a teorização”.

O fim do regime ditatorial, que durou 48 anos em Portugal (1926-1975) e 21 anos no Brasil (1964-1985) trouxe novos parâmetros para a comunicação política e para o espaço público. Com o aparecimento da televisão, fenómeno hegemónico e arrebatador, a escrita cedeu lugar à imagem, e assim, a comunicação política redefiniu as suas prioridades, utilizando a televisão como principal instrumento para dar vida ao espaço público.

Para Miguel (2002: 3), os anos que marcaram o período de ditadura no Brasil “desorganizaram a vida política, interrompendo a trajetória de muitas lideranças e gerando fontes alternativas de capital político”. E, assim como Gomes (2004), ressalta a “jovialidade” da democracia no Brasil.

Espírito Santo (2008) afirma que o auge da comunicação política é atingido com a democracia moderna, que traz novas práticas de comunicação, com grande enfoque nos novos meios tecnológicos de divulgação. Nesse período, fica evidente a competitividade entre os políticos, que utilizam técnicas de persuasão e estratégias altamente delineadas e subtis. Recorre-se cada vez menos à ideologia, dando maior espaço à uma prática personalizada pelo representante político.

Rego (1985) escreve sobre esta questão e exemplifica com o caso brasileiro, referindo que até a década de 70, a comunicação política era feita de forma a privilegiar os métodos mais tradicionais, as práticas mais regionais e próximas das pessoas. Com o passar do tempo, os discursos naturais e improvisados deram lugar a estratégias mais formais, sendo inquestionável a introdução do marketing, que vem caminhando lado a lado com a comunicação política. O espírito de campanha é constante, em que se prevalece a disputa pelo poder.

3. 1. A comunicação dos representantes políticos

Este tópico pretende dar sustentação ao estudo em desenvolvimento sobre a comunicação política apresentada nos jornais online durante o processo de

implementação do acordo ortográfico. Assim, reveste-se de importância compreender a comunicação política dos representantes de um governo.

Para este estudo não se pode ignorar o Estado, que é o “sistema de controlo da sociedade, sendo a mais alta hierarquia encarregue de fixar metas e direções. É ainda caracterizado pela sua universalidade e por deter o monopólio da força e da coesão da sociedade” (Gaitán, 1998: 31).

São consideradas instituições políticas um governo, uma assembleia, um parlamento, um ministério, uma câmara, um concelho, uma junta, etc. Entre as funções de uma instituição está a criação do poder, comunicando as suas decisões aos cidadãos que serão abrangidos por estas medidas; a distribuição do poder, comunicando as decisões aos demais membros desta instituição e a proteção do bem público, relacionado com o conhecimento dos cidadãos sobre a política feita pela instituição.

A dinâmica política de uma sociedade é regida por dois impulsos internos, como explica Gaitán. São eles a “luta”, que está relacionada com as motivações dos que atuam no jogo político, e a “integração política”, caracterizada pela unificação de uma sociedade. As armas utilizadas para a “luta” política podem ir desde a violência até à riqueza, o número de organizações e os meios de comunicação.

Por sua vez, Maltez (1996) defende que uma instituição é formada por três princípios: a liberdade, o poder e a ideia. De acordo com este autor, as instituições são fundadas através do poder, o qual acaba por impor um consentimento.

A comunicação política de uma instituição abrange um conjunto de princípios e procedimentos que acarretam uma intenção persuasiva. Através de recursos psicológicos e informativos é possível conquistar o maior número de cidadãos.

Os recursos e modelos utilizados em comunicação política foram sofrendo transformações ao longo da história. Grunig e Hunt (citados por Canel, 2006) apresentam um modelo mais adequado à nossa realidade, em que há um fluxo de influência bidirecional, que funciona no sentido da instituição para o público e vice-versa.

Neste sentido, a comunicação política é um processo mediador entre as instituições governamentais e os cidadãos, capaz de desenvolver a cultura cívica e a cidadania participativa. Não devendo ser promovido apenas pelos políticos, este processo deve ser também impulsionado por todos os setores institucionais da

sociedade. Programas educativos e informativos deveriam ser acessíveis a todos, especialmente em países com alto nível de analfabetismo, o que facilitaria uma maior participação dos cidadãos na vida política e social.

No entanto, ao estudar as políticas pública no Brasil, Gomes (2004: 15) conclui que a comunicação dos representantes do governo são pouco informativas e não cumprem as funções de “informar e contribuir para a formação de uma verdadeira cultura cívica no cidadão”, prevalecendo mensagens de intriga, que procuram denegrir a imagem do candidato adversário.

McNair (2007) e Canel (2006) abordam a intermediação e divulgação de mensagens entre outras instituições, incluindo as organizações públicas, que são grupos e associações profissionais, cujos membros são unidos por uma prática, problemas ou necessidades em comum e não por uma ideologia, como acontece com os partidos políticos. Em muitas associações públicas os membros não apenas agem no sentido de ajudarem-se mutuamente, mas também para reivindicarem mudanças. Normalmente são reconhecidos na sociedade e têm a vantagem de terem a confiança e credibilidade das pessoas. Abrange também a divulgação de informação das organizações não governamentais (ONGs), associações profissionais, grupos mediáticos e dos próprios cidadãos. Com todos estes agentes sociais envolvidos na comunicação política, fica evidente a coexistência de diferentes valores, convicções, percepções e interesses.

A comunicação política feita no seio das instituições públicas dá a conhecer publicamente o que acontece no interior dos seus departamentos e não só. As mensagens divulgadas também carregam consigo um grande objetivo: despertar a opinião pública. Por isso, são estrategicamente pensadas, devendo ser relevantes, informativas, apartidárias e livres de interpretações ambíguas, tendenciosas e polémicas.

Vieira (2004: 26) ressalta a importância das instituições governamentais caminharem paralelamente com a evolução tecnológica, as novas práticas de comunicação e o espírito proativo. A comunicação tem sido cada vez mais valorizada, no entanto, ainda é preciso, segundo o autor, “democratizar as estruturas formais das organizações, que se caracterizam por uma hierarquia rígida e autoritária. O desafio é quebrar barreiras através da comunicação, especialmente a organizacional”.

A imagem da instituição é trabalhada e difundida tendo em conta um conjunto de estratégias, associadas a técnicas de comunicação, como podemos destacar (1) as

sessões de informação, cuja técnica está na adaptação dos critérios de noticiabilidade usados pelos jornalistas e a relação que as instituições estabelecem com os *media*; (2) a ocultação de informações, que usa como técnica a mentira, a confusão intencionada, a suavização da linguagem, a neutralização das informações negativas; (3) a organização de eventos, que vão desde conferências de imprensa, notas às agendas dos jornais, aos discursos; e (4) a comunicação persuasiva, que recorre a técnicas como a publicidade, correio direto, campanhas de comunicação e suportes informativos da Internet (Canel, 2006).

Para se comunicar com os *media*, a instituição deve ter um porta-voz, que será o seu representante a nível comunicacional. A autora citada acima questiona-se se o porta-voz deve ser um especialista em política ou em comunicação. Alguns autores defendem que o representante tem uma função essencialmente informativa e, portanto, deve ter excelentes competências para transmitir da melhor forma a imagem e a informação da instituição. Outros, para além disto, acreditam que a função do porta-voz passa por criar uma imagem favorável, possível com as técnicas informativas. O representante de uma instituição deve, no entanto, ser capaz de explicar numa informação as decisões tomadas pela entidade, de modo a esclarecer e contextualizar o público, e fazer com que a mensagem seja aceite e publicada pelos *media*. Para além disto, o representante deve estar acessível e receptivo aos jornalistas e às suas questões, do mesmo modo, aos membros da sua instituição que a ele recorram.

3. 2. A importância da opinião pública nos processos políticos

Esta dissertação abrange uma das principais áreas da comunicação política – a opinião pública. Uma vez que recorremos aos mais importantes suportes informativos online de Portugal e do Brasil para percebermos como estes países apresentaram o desenvolvimento do processo do acordo ortográfico, é relevante destacar alguns autores que se dedicaram ao estudo da opinião pública.

Recorde-se que a comunicação política abrange várias componentes de estudo, tais como a análise da mensagem, que, quando relacionada à retórica ou à linguística, estuda o seu conteúdo, os temas, as metáforas, a linguagem, os discursos e a simbologia política. Também se podem estudar os processos que acompanham a comunicação

política, sendo eles a gestão da imagem de um regime político (presidência, ministério, parlamento, entre outros) e a gestão das instituições políticas.

As ações de comunicação política são outras das vertentes de estudo, envolvendo diversos modelos que a mensagem política pode assumir, tais como os debates, a publicidade, os textos informativos (notas de imprensa, por exemplo), a organização de eventos (inaugurações, homenagens, comemorações históricas, celebrações e festas populares), mensagens humorísticas, como os *talk shows* e *cartoons*) (Canel, 2006).

Após analisar as características da mensagem é importante estudar a sua mediação, que envolve a relação entre políticos e jornalistas, isto é, como os *media* têm acesso à informação remetida pelo governo, e como este, por sua vez, influencia e controla os *media* e o contexto político existente explicitamente ou implicitamente nas redações. Também é importante ter em conta a sociologia das redações - a sua dinâmica e cultura profissional; o fenómeno da “personalização” da política - criada pelos meios de comunicação social; a cobertura feita pelos jornalistas no que diz respeito aos poderes executivo, legislativo e judiciário; a influência da opinião pública - conseguida através da estrutura editorial do meio de comunicação (que destaca determinadas notícias em detrimento de outras); e por fim, a cobertura globalizada dos fatos internacionais - capazes de mover a diplomacia e a dinâmica dos demais países.

Por fim, o estudo dos efeitos da mensagem passa pela captura e tratamento das informações, pela influência dos *media* sobre os cidadãos e pelo poder que a comunicação social exerce sobre as opiniões formadas interpessoalmente e os comportamentos e decisões políticas tomadas por cada indivíduo.

Como em comunicação política se procura obter resultados imediatos, a agenda dos *media* e do público devem estar diretamente conectadas. Por sua vez, a estratégia da comunicação deve ser persuasiva e intencional, pensada e articulada para influenciar comportamentos, conquistar votos e o poder.

Howlett (2000) estudou as influências da opinião pública nas políticas públicas, começando por abordar o modelo linear, que propõe um sistema de efeitos diretos, em que os políticos espelham em suas medidas os sentimentos e percepções dos cidadãos.

Outro modelo discutido por Howlett considera a opinião pública como um fator secundário nas decisões dos políticos e, aqui, o autor fala na possibilidade de uma influência mútua, entre políticos e cidadãos. Faz referências a perspectivas que defendem que em questões polémicas capazes de envolver toda uma nação, o governo

pode sentir-se pressionado a agir de acordo com a opinião dos cidadãos. Do contrário, quando o assunto não é suficientemente envolvente, a pressão sobre o governo é quase nula.

Neste jogo de influência, os meios de comunicação desempenham um papel crucial, pois têm impacto sobre as opiniões formadas interpessoalmente, sobre os comportamentos e decisões políticas de cada indivíduo e também sobre a agenda dos representantes do governo. Os interesses quase nunca são coincidentes, pois estamos diante de discursos contraditórios de três atores com legitimidade para falar publicamente sobre política: políticos, jornalistas e sondagens. Ou seja, ganham vozes a política, a informação e a opinião pública, num espaço onde há situações de conflito e discursos contraditórios.

É relevante observar a relação existente entre a opinião pública e o conjunto de decisões dos representantes do governo. Cada país rege-se por um conjunto de normas e pressupostos constitucionais diferentes, resultando num padrão de decisões distintos diante de problemas semelhantes.

Dois países que têm em mãos o mesmo problema podem adotar processos de decisões diferentes, sendo que a solução “ideal” varia, de acordo com o perfil do representante da nação e da repercussão social.

Porém Howlett acredita que a opinião pública não consegue exercer uma influência direta nas decisões dos governantes, principalmente em assuntos polémicos. No seu ponto de vista, o poder executivo não perceberia tanto a influência popular, apenas quando esta se manifestasse de forma mais global.

Assim como Howlett, também Weakliem, Andersen e Heath (2005) realizaram um estudo sobre a relação da opinião pública com as políticas públicas. Num ângulo mais social, buscaram a influência que esta temática tem sobre a distribuição de rendas. Dentre os resultados obtidos, observaram que as rendas são mais igualmente distribuídas em países com sistema democrático e que apresentem uma opinião pública coesa. Notaram também outros fenómenos interessantes: pessoas com rendimentos mais elevados tendem a formar grupos de opinião fortes e influentes, capazes de sobressair-se sobre as classes médias e baixas; a igualdade de opinião acontece mais em países que estão a desenvolver-se economicamente e é menos evidente em população com bastante diversidade étnica e em regimes comunistas.

Pereira, Power e Rennó (2005) estudaram a opinião pública no âmbito da democracia representativa do Brasil, com o objetivo de conhecer, junto da população, a

popularidade do presidente brasileiro. Os autores procuraram perceber se é a opinião pública que influencia as decisões dos políticos, ou se é um reflexo das suas atitudes. Da mesma forma que Howlett, questionaram-se sobre a força dos efeitos diretos e indiretos na percepção dos cidadãos, afirmando que o impacto da opinião pública pode não ser tão imediato. Isto deve-se ao fato de num sistema democrático existirem vários organismos e entidades responsáveis pelas decisões, e que, de certa forma, acabam por filtrar as opiniões populares.

Os investigadores estudaram quanto tempo uma questão defendida pela população demora para ganhar espaço na agenda do presidente e influenciar as suas ações. Também buscaram perceber como funciona a “memória” dos cidadãos: se preservam os dilemas políticos vividos em seu país ou se os esquecem, sem os relembrar no momento das eleições.

Afirmam que os políticos vivem o dilema entre ser sensíveis ou responsáveis, pois se forem sensíveis às causas dos cidadãos, podem ir contra as políticas públicas necessárias para o bom funcionamento de um sistema, mas se apenas seguirem estas diretrizes, podem deixar de ouvir a opinião popular.

Entre as conclusões do seu estudo estão o fato da popularidade do presidente junto da população aumentar a medida que tem o apoio do congresso; os cidadãos estão atentos às ações de seu representante, as quais têm influência sobre a popularidade do presidente; e também que a opinião pública não tem um impacto imediato sobre as decisões dos políticos (Pereira, Power e Rennó, 2005).

Na atualidade, considera-se que um governo deve criar canais de comunicação mais interativos com os cidadãos, recorrendo aos meios de comunicação online, que permitem aos cidadãos não apenas receber informações, mas também dar a sua opinião e contributo. Uma instituição deve saber comunicar e também ouvir, gerando assim um ciclo de confiança mútua.

Negrine (1996: 180) defende estes princípios dizendo: “é tempo de pensar os cidadãos como agentes participativos das sociedades democráticas e não mais como mera audiência que assiste ao desenrolar dos políticos na Assembleia e as suas decisões”. No mesmo entendimento de que a comunicação política envolve os cidadãos, Vieira (2004) afirma que estamos diante de um debate, partilha de opiniões, envolvimento de duas ou mais pessoas.

A forma como as novas tecnologias podem contribuir na formação da opinião pública foi o enfoque da investigação de Bavaresco e Konzen (2009). Estes autores

posicionam a opinião pública sob a ótica da filosofia política de Hegel e de um estudo profundo da liberdade de imprensa. Aqui, os autores defendem a liberdade de expressão como ponto essencial, pois ela permite que a opinião pública seja desenvolvida e afirmada.

Marques (2006) ressalta a expansão do diálogo na esfera pública, conseguida com os meios de comunicação online. Por um lado, o autor aponta o debate virtualmente gerado nos fóruns online, sites e redes sociais como uma possibilidade de aperfeiçoar as instituições democráticas, ao promover a participação da maioria dos cidadãos em assuntos de interesse público. Contudo, reconhece que nem todos os assuntos de um governo têm lugar nos meios de comunicação digital e que nem todos os cidadãos estão aptos a participar neste diálogo virtual. Portanto, acredita que a Internet “não aquece nem arrefece” a democracia, ou seja, não a prejudica e nem contribui para a sua revolução.

Através de um pensamento crítico e filosófico, Marcondes Filho (2008) faz uma comparação entre o posicionamento de Jürgen Habermas e de Niklas Luhmann. Assim, percebemos a opinião pública num patamar mais complexo, quando recorremos ao conceito de Luhmann, para quem a comunicação não se encerra com a compreensão de uma mensagem, mas sim, quando o indivíduo reúne toda a informação que recebeu em pensamentos que voltarão a ser utilizados e a fazerem sentido num outro contexto.

Num dos pontos defendidos por Luhmann, as seleções de informações feitas pelos *media*, somadas ao tempo e à quantidade de vezes em que estes conteúdos são divulgados, podem formatar a opinião do indivíduo e da sociedade. Segundo este autor, os indivíduos não absorvem tudo que os meios de comunicação divulgam, estando limitados a determinadas temáticas.

Já Habermas posiciona a comunicação numa visão mais participativa, em que o indivíduo compreende e interage. No entanto, Marcondes Filho questiona a passividade do modelo de Luhmann e, no de Habermas, a pouca aplicação no panorama político, já que a comunicação entre políticos e cidadãos não é tão linear, nem de igual para igual.

Tuzzo (2005) estuda o impacto dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública. A autora aponta que os suportes informativos que abrangem grandes públicos não dão necessariamente origem a uma ideia coletiva, podendo ser meros propagadores de informação. Porém, aprofunda esta temática, buscando a visão de outros autores, como Prada (citada por Tuzzo, 2005), que defende

que o processo de formação da opinião pública implica uma reação por parte dos cidadãos.

Para além de estudar o papel dos *media* na formação da opinião pública, também recorre à educação e aos mecanismos psicológicos que atuam na construção da opinião de cada indivíduo. Outra reflexão da obra de Tuzzo prende-se com a representação da opinião pública: se abrange uma população representativa ou um grupo com forte presença na sociedade.

Tanto no Brasil como em Portugal, existem organismos que regulam e fiscalizam a ação dos meios de comunicação social relativamente às intervenções políticas. Foi criado no Brasil, na década de 90, o Ministério das Comunicações, órgão pertencente ao poder executivo federal, que pretende criar e executar as políticas públicas relacionadas com a comunicação, proporcionando à população brasileira o acesso, a regulamentação e a fiscalização dos serviços de telecomunicações e radiodifusão.

Em Portugal, um dos principais marcos da comunicação na atualidade, foi a oficialização, em 2006, da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Apresentando como principais objetivos regulamentar e supervisionar as entidades portuguesas que praticam atividades relacionadas com a comunicação social, a ERC assegura direitos e deveres como a liberdade de imprensa, o direito à informação, a independência perante os poderes políticos e económicos, entre outros. Diferente do Ministério das Comunicações do Brasil, a ERC tem como foco de fiscalização as normas aplicáveis aos órgãos de comunicação social.

Ao descortinar a imagem de uma instituição diante dos olhos dos cidadãos é possível perceber as suas reais intenções e trajetórias. Esta perspectiva é defendida por Fuks e Fialho (2009), que falam da interação entre opinião pública e comunicação política. Observaram que ações do governo dirigidas a um público específico da sociedade demoram mais tempo para terem impacto. Já, através de estratégias de comunicação, conseguiriam, num curto espaço de tempo, mudar a opinião pública. Por sua vez, estas estratégias devem ter em conta os vários segmentos da sociedade e os diferentes níveis de atenção dedicados a determinado assunto.

A forma como um governo promove a comunicação pode ser verificada através da análise da sua relação com os *media*, da imagem que constrói e mantém diariamente e se consegue gerir as situações de crise. O sistema de comunicação de um governo consegue ter um forte impacto na sociedade, se for capaz de transmitir mensagens e

sustentar imagens que lançam ideais, motivações e transformações. Em momentos de crise, depende do sucesso da comunicação a atenuação dos sentimentos de tensão, de equívocos e revoltas. Deste ponto de vista, a comunicação bem sucedida consegue ainda reforçar o poder institucional.

Num panorama internacional, Krueger (2009) estudou a opinião pública de um país relativamente a outro. Relacionou estas temáticas ao terrorismo, considerando relevante entender os posicionamentos dos cidadãos para a previsão de eventos terroristas. De acordo com o autor, como estes eventos são raros, através da análise do sentimento percebido pelos cidadãos relativamente aos representantes de países adversários, seria possível adquirir um alerta antecipado, que permitisse a criação de um manual de crise e de estratégias anti-terroristas.

Os estudos sobre opinião pública são abrangentes e permitem transferir estes conhecimentos para diversas temáticas no âmbito das relações políticas.

No caso do presente trabalho, estes contributos auxiliarão na compreensão da opinião pública no processo político de implementação do acordo ortográfico no Brasil e em Portugal. Não se pode deixar de considerar, entretanto, que as percepções construídas sobre um determinado assunto ou país recebem interferência de diferentes fatores, entre eles, conflitos históricos, rivalidades religiosas e disputas económicas que deverão ser reconhecidas nas análises pretendidas.

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 1

Metodologia

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos neste trabalho: “estudar as opiniões públicas de Portugal e do Brasil referentes ao acordo ortográfico”, optou-se pelo método qualitativo de investigação.

Esta abordagem mostrou-se a mais adequada, também para responder aos objetivos específicos: “identificar a opinião pública favorável ou não ao acordo, assim como identificar os interesses políticos e económicos manifestados pelos dois países”.

O interesse central da investigação foi o de buscar junto dos meios de comunicação selecionados a qualidade da opinião pública, isto é, as intenções, os interesses, os posicionamentos. Neste caso, foi valorizado os conteúdos na sua profundidade, nos seus significados intrínsecos, não mensuráveis e sim, descritos.

De acordo com Bardin (2004: 7), através da análise de conteúdo é possível recorrer a “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos) extremamente diversificados”.

Neste modelo de investigação é possível definir alguns pressupostos para guiar o estudo e, assim como as hipóteses, podem ser verificadas no final. Segundo Freixo (2009: 164-165), as hipóteses “constituem um elemento útil para justificar o estudo e garantir-lhe uma orientação”.

Com este intuito e com base em leituras prévias e atenção centrada na questão, foram propostos inicialmente alguns pressupostos, também reconhecidos como fatores que poderiam interferir no fenómeno a ser estudado.

Tais pressupostos são apresentados na forma afirmativa a seguir:

- As opiniões serão mais favoráveis ao acordo ortográfico nos jornais online brasileiros, devido ao fato das mudanças propostas serem menos significativas naquele país, no sentido de produzirem menor impacto;
- As alterações serão consideradas mais favoráveis à ortografia já utilizada no Brasil, pela razão de um contingente muito maior de utilizadores e porque o mercado literário é mais extenso e promissor, constituindo um forte fator para a economia do setor.

Para a obtenção das informações necessárias para o conhecimento desejado, foram selecionadas as seguintes fontes:

- jornais online portugueses: Expresso e Público
- jornais online brasileiros: O Globo e Folha de São Paulo

Estes jornais foram escolhidos a partir de uma seleção intencional, para envolver dois jornais online de grande circulação em ambos os países. Para além de se ter tido em conta o grande número de leitores, também se considerou, no caso português, um jornal claramente a favor do acordo ortográfico (Expresso) e outro contrário à implementação da nova grafia (Público). No caso do Brasil, a maioria dos meios de comunicação social passaram a assumir o acordo ortográfico a partir de 1 de janeiro de 2009, segundo promulgado pelo governo brasileiro, sendo que os dois jornais escolhidos para identificar a posição brasileira – Folha de São Paulo e O Globo, adotaram desde esta data as novas normas.

A escolha dos jornais online considerou também o prestígio e reconhecimento das suas versões impressas. Neste sentido, é importante referir que em 2011, o Expresso venceu o prémio da Meios & Publicidades, na categoria “semanário generalista”. E o jornal Público foi distinguido na categoria “site de informação” e também na categoria “diário generalista”.

No caso brasileiro, o Instituto Verificador de Circulação do Brasil (IVC) considerou que, em 2010, o jornal Folha de São Paulo foi o segundo jornal de maior circulação no Brasil (294.498 média de circulação diária), perdendo a primeira posição ocupada desde 1986, para o jornal Super Notícias (295.701 média de circulação diária). O jornal O Globo apareceu em terceiro lugar, com 262.435 média de circulação diária (iG, Economia, 2011).

No entanto, segundo dados lançados em fevereiro de 2011, o IVC apontou que a Folha de São Paulo voltou a ocupar o primeiro lugar, com uma média diária de vendas acima dos 300 mil exemplares, consolidando-se na liderança do mercado brasileiro de jornais. Em segundo lugar estava o jornal O Globo (Folha.com, 2011).

Para além disto, o jornal Meio & Mensagem (M&M) divulgou um estudo que apontou que, em 2010, os jornais brasileiros lideravam a categoria dos jornais mais admirados. Num total de dez jornais, os primeiros eram O Estado de S. Paulo, seguido da Folha de S. Paulo e do Valor Econômico. O jornal O Globo aparecia como o 4º jornal mais admirado, seguido pelo Correio Brasiliense, Zero Hora e Estado de Minas.

Reconhece-se a possibilidade de outras escolhas, mas num estudo de âmbito de mestrado é necessário estabelecer limites, sem no entanto, prejudicar a qualidade das informações necessárias. Neste sentido, é seguro que as escolhas mostraram-se adequadas, como ficará evidente na apresentação dos resultados.

Também foi determinado estudar os jornais de somente dois países de língua portuguesa; outra seleção intencional, pelo conhecimento prévio de que são os países, Brasil e Portugal, que possuem a publicação online de maior solidez e credibilidade e produziram o debate mais importante sobre a temática.

O período de análise abrange a data em que o Brasil assinou o decreto sobre o acordo ortográfico e anunciou um calendário para a sua implementação – 28 de setembro de 2008 até 31 de maio de 2011. Num espaço temporal de quase três anos, seria possível acompanhar todas as notícias publicadas nos dois países, de forma a captar os principais momentos do processo do acordo, bem como as reações de Portugal e do Brasil.

Para o estudo foram consideradas as publicações (notícias, artigos de opinião, entrevistas e reportagens) dos três últimos anos, numa busca ativa pela internet junto aos sites dos jornais selecionados.

Inicialmente a busca deu-se pelas palavras centrais do tema: acordo ortográfico. Um número bastante significativo destes textos foram emergindo, tendo sido necessário fazer uma seleção dos textos após uma leitura cuidadosa.

Ao todo, foram encontrados 270 textos, mostrados a partir desta combinação, nos quatro jornais. Todos eles sofreram uma leitura dinâmica, para uma seleção daqueles que traziam as informações necessárias para responder aos objetivos do presente estudo. Sendo que 242 publicações foram efetivamente incluídas no estudo, as quais mereceram uma leitura muito mais intensa com a utilização de um guião proposto para este fim.

Esta grelha de análise ajudou na identificação das principais temáticas e posteriormente na construção de categorias. Comum a todos os jornais, mas aplicada individualmente a cada um deles, conteve os seguintes campos: título, data, género do texto (notícia, artigo de opinião, entrevista ou reportagem); a existência do acordo ortográfico como tema central (“sim” ou “não”); tipo de fontes, teor da notícia (positiva, negativo); principais palavras que mostram o teor do texto; fatores políticos e económicos apresentados e observações. Todas as notícias foram numeradas para facilitar a organização da análise, bem como a apresentação dos dados.

No caso do jornal Público, foram analisados 86 textos, dos quais 76 faziam referência à temática do acordo ortográfico. Do jornal Expresso, foram 50 textos, dos quais 48 abordavam o tema. Do jornal brasileiro Folha de São Paulo, foram selecionados 88 textos, sendo que 73 estavam relacionados ao tema deste estudo. Já o jornal O Globo foi o que apresentou o menor número de textos sobre a reforma ortográfica, ao longo dos três anos do período de análise – 46 textos, 45 deles com a temática presente.

Recorreu-se a análise de conteúdo temática, cujas categorias e subcategorias foram construídas a medida em que as leituras eram aprofundadas. De acordo com (Bardin, 2004: 111), “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos”. Assim, a mesma autora define que a classificação dos dados em categorias “impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles” (Bardin, 2004: 112).

Estas categorias estão apresentadas mais adiante no capítulo relativo aos resultados.

O método denominado de análise de conteúdo favorece a recolha de informações e a análise dos dados simultaneamente, permitindo, a maior coerência entre os objetivos, informação e construção de categorias.

Capítulo 2

Apresentação e discussão dos dados

Dando sequência a este estudo, os dados recolhidos dos jornais online foram trabalhados com base na análise de conteúdo e serão apresentados neste capítulo.

As categorias e subcategorias que emergiram da análise serão apresentadas a seguir e, para as ilustrar, serão transcritas frases das notícias online selecionadas e identificadas da seguinte forma, que passamos a exemplificar: P1 = jornal Público, texto 1; G30 = jornal O Globo, texto 30; E15 = jornal Expresso, texto 15; F8 = jornal Folha de S. Paulo, texto 8; etc.

É importante salguardar que as fontes referidas ao longo da apresentação dos dados dizem respeito à época em que as notícias foram divulgadas. Os cargos, no entanto, podem ter-se alterado, não correspondendo às posições atuais.

Assim, foi possível identificar as seguintes categorias:

2. 1. Opiniões dos representantes do governo

2. 2. Opiniões dos opositores ao acordo ortográfico

2. 2. 1. Grupos editoriais

2. 2. 2. Especialistas da língua portuguesa e escritores

2. 2. 3. Reivindicações dos movimentos opositores ao acordo ortográfico

2. 3. Os descompassos do processo: as principais diferenças identificadas entre os dois países

2. 4. Identificação de outros interesses

2. 4. 1. Comercial e económico

2. 4. 2. Fortalecimento da CPLP

2. 4. 3. Intercâmbio cultural

Vamos agora desenvolver, de forma profunda, cada uma das categorias e subcategorias apresentadas acima:

2. 1. Opiniões dos representantes do governo

Nesta categoria iremos destacar as posições dos representantes do governo do Brasil e de Portugal, que se manifestaram a favor do acordo ortográfico.

Recordemos que a 29 de setembro de 2008 o Brasil assinou o decreto de promulgação do acordo ortográfico, anunciando também um calendário para a sua implementação. Durante o seu discurso, Lula da Silva, o então presidente do Brasil, declarou que aquele era *“um dia tão marcante para a nossa linda literatura”* (F8) e elogiou também a negociação feita entre os oito países da CPLP: *“este decreto vem coroar o competente acordo da CPLP. O acordo tem uma importância muito maior do que pode parecer”*, acrescentando que *“impulsionará o intercâmbio entre Brasil e Portugal e resgatará laços substantivos do país com a África”*. Finalizou dizendo que seria *“um reencontro do Brasil consigo mesmo”*. Lula da Silva definiu que a nova grafia seria divulgada e explicada *“com clareza à população brasileira”* (F10).

Neste sentido, o governo criou várias iniciativas, implementadas nas principais cidades do Brasil. Uma delas ganhou destaque junto dos *media*: a prefeitura de Curitiba (correspondente à Câmara Municipal daquela cidade) criou um serviço de apoio telefónico às dúvidas sobre a nova ortografia. O serviço, denominado “Telegramática”, era desenvolvido por oito professores do ensino público, que prestavam atendimento numa sala da prefeitura, através da consulta de sites especializados e também de um acervo com cerca de 700 publicações.

Este serviço, que existe desde 1985, passou a ser mais procurado a partir do momento em que o novo acordo entrou em vigor no Brasil. No primeiro dia da nova grafia, as ligações aumentaram 80%. E segundo a coordenadora do projeto, a maioria das consultas era proveniente de representantes de editoras, professores e estudantes. Em 2008, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo já preparava ações de formação junto dos professores, com o objetivo de *“dar segurança e tranquilidade ao professor”*. Foi realizada, assim, uma vídeo-conferência para apresentar o acordo a 17 mil professores (7% do total dos cerca de 250 mil) (G14).

A 19 de março de 2009, a Academia Brasileira de Letras do Brasil (ABL) lançou o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) com 887 páginas e 349.737

palavras apresentadas em forma de lista, em ordem alfabética. Na sequência deste lançamento, o Ministério da Educação (MEC), que distribuiu material didático para 200 mil escolas públicas do Brasil, comprometeu-se a disponibilizar um exemplar do VOLP a cada uma das instituições de ensino.

Em setembro de 2009, foi a vez da prefeitura do Rio de Janeiro promover um curso gratuito sobre o acordo ortográfico, que incluía a leitura de textos, sites e outros materiais de apoio. Também foram disponibilizadas informações históricas e orientações sobre as principais regras novas. A primeira parte do curso abordava a origem da língua e a segunda, a importância da língua como um fenómeno social.

Em Portugal, a Universidade dos Açores iniciou, em outubro de 2009, um projeto - "Acordar para o Acordo ortográfico" - que pretendia informar a comunidade educativa e os cidadãos sobre as novas regras do acordo. A responsável por este projeto, Graça Castanho, defendeu que não pretendia passar uma postura polémica, mas sim, informar *"em contextos e públicos diversificados"*, para além de que o projeto gerou *"grande receptividade"*. Para a docente da Universidade dos Açores, *"é preciso desdramatizar"*, admitindo, porém que *"não existem acordos perfeitos"* (P37).

Para Fernando Haddad, então ministro da educação no Brasil, o acordo ortográfico *"simplifica a língua e é bem-vindo"*. Apontou como sendo natural uma fase de transição, mas que não se deve temer esse processo, que será *"bastante singelo"*. Também destacou que as mudanças iriam *"fortalecer a língua no mundo"* - *"o acordo ortográfico vem reforçar a presença da língua portuguesa no cenário internacional"* (F44).

No jornal O Globo, do dia 1 de janeiro de 2009, podemos identificar a posição do Ministério da Educação do Brasil, que defendeu que a reforma ortográfica iria *"unificar a ortografia da língua portuguesa que, atualmente, é o único idioma do ocidente que tem duas grafias oficiais"*. Na percepção da CPLP, a diferença na ortografia limita a dinâmica do idioma e dificulta a difusão cultural, a divulgação de informações e as relações comerciais entre os países de língua portuguesa. E no panorama internacional, a falta de unidade não facilitava a afirmação da língua (G9).

Neste sentido, após a promulgação do acordo ortográfico por parte do governo brasileiro, podemos destacar duas mobilizações por parte do Brasil em demover Portugal para a ideia de reforço da língua no panorama internacional. A primeira, a 14 de novembro de 2008, quando Juca Ferreira, ministro da cultura do Brasil, deslocou-se a Portugal com o objetivo de *"reforçar o papel do idioma no mundo"*. Neste encontro

defendeu que o Português deveria ser a língua oficial da ONU, e que *"a afirmação do acordo ortográfico demandará um trabalho técnico dos países lusófonos e, caso não se firme o tratado, ficará apenas como uma declaração de boas intenções"* (F18).

Mais tarde, no dia 5 de janeiro de 2009, Celso Amorim, ministro das relações exteriores do Brasil, encontrou-se com o presidente de Portugal, Cavaco Silva, e também com o ministro das relações exteriores do Brasil, Luís Amado, junto dos quais se manifestou positivamente sobre o acordo ortográfico, defendendo que iria *"fortalecer a língua portuguesa"* (F40).

Na notícia do Expresso, de 5 de fevereiro de 2009, Pinto Ribeiro, ministro da cultura de Portugal, assegurou que o processo de ratificação do último adicional do acordo ortográfico iria avançar, com a justificação de que não seria possível *"esperar mais uns pelos outros"*, afirmando que *"é preciso por em vigor e nós certamente faremos isso"*. Neste mesmo texto deparamo-nos também com a posição de Manuel Veiga, homólogo cabo-verdiano, para quem a *"língua portuguesa é o rosto e alma da CPLP"* e que se a nova grafia entrasse em vigor ao mesmo tempo que em Portugal seria uma mais-valia, porque Cabo Verde dependia dos livros editados em Portugal, sobretudo utilizados nos cursos universitários (E3).

Mais à frente, a 26 de março de 2009, o ministro da cultura de Portugal voltou a sustentar que não tem dúvidas de que Cabo Verde iria oficializar o acordo: *"Nesse domínio temos um grande entendimento e acreditamos que, ainda no primeiro semestre deste ano, vamos pôr em vigor na documentação oficial tudo o que é o acordo ortográfico"*. Sendo que o seu homólogo de Cabo Verde apontou o Dia da Cultura da CPLP (5 de maio) como a data ideal para a entrada em vigor do acordo naquele país (P22). No entanto, a 14 de abril de 2009, esta convicção esvaneceu-se. Manuel Veiga manifestou a necessidade em *"discutir mais e conseguir maior consenso, não só em Cabo Verde mas também em Portugal, Angola e Moçambique"*, acrescentando que *"Cabo Verde deve ter esse compasso de espera para aprofundar o debate e só depois definir uma calendarização"* (E10).

Nesta altura, o acordo já estava em vigor no Brasil, enquanto que em Portugal e nos outros países da CPLP estavam ainda a travar contatos, reconhecendo a importância de avançar-se com o processo de implementação.

O jornal Público divulgou no dia 14 de março de 2009, a seguinte notícia "Brasil elogia decisão de Portugal de adotar Acordo Ortográfico este semestre". Aqui podemos observar o reconhecimento satisfatório de Juca Ferreira, ministro da cultura do Brasil,

relativamente ao seu homólogo português, após este ter anunciado que Portugal iria adotar a nova grafia no primeiro semestre de 2009: *"o ministro Pinto Ribeiro tem demonstrado compreender a importância do acordo ortográfico para o fortalecimento da língua portuguesa no cenário internacional e nos nossos países, o que facilitará o intercâmbio e a acumulação cultural"*. Nesta altura, o Brasil considerava *"decisiva"* a entrada em vigor da nova grafia por parte de Portugal, justificada na afirmação do ministro brasileiro de que os dois países tinham planos de trabalharem juntos para o fortalecimento da CPLP. Juca Ferreira fez também uma avaliação dos dois primeiros meses da nova grafia no Brasil, demonstrando que a população reagiu positivamente, sem manifestar objeção ou reação contrária ao acordo (P18).

A 26 de abril de 2009, o governo português expressou, mais uma vez, o compromisso em aplicar o acordo. Pinto Ribeiro foi lacónico, assegurando que o acordo entraria em vigor em Portugal ainda em 2009, sendo que para tal, o governo já estava a *"identificar todas as tarefas"* e *"a fazer um programa (...) com grande tranquilidade e com grande liberdade e integração de toda a gente"*. Para enfatizar a sua posição disse que *"a língua foi o que de mais extraordinário deixaram os navegadores"*, sendo *"mais forte que o sangue"* (P26).

No jornal Público de 30 de junho de 2009, deparamo-nos com uma notícia sobre o balanço da nova grafia no Brasil, através da declaração do ministério da educação brasileiro que se manifestou positivamente, afirmando que *"a reforma ortográfica é muito boa para o ensino da língua portuguesa no mundo"* e *"significativa para o futuro da língua portuguesa"*. Para o ministro Fernando Haddad, a proximidade das duas grafias iria motivar mais pessoas a aprenderem o Português - *"o comboio da reforma ortográfica está em movimento e Portugal deve estar atento a isto. Não se para mais este comboio"*. Reconheceu que a reforma foi aceite pela população brasileira *"sem quaisquer problemas"*, sendo que as escolas brasileiras *"aceitaram muito bem as novas regras"*. O VOLP, lançado em março de 2009 pela ABL, deveria, segundo as previsões do ministério, estar acessível a partir de 2010 a todas as escolas públicas do Brasil, abrangendo cerca de 46 milhões de alunos. Para além de ressaltar a *"excelente receptividade"* por parte dos brasileiros, o Ministério da Educação também apontou a reforma ortográfica como sendo *"importante para a produção dos bens culturais e didáticos"* (P32).

Quase um ano depois ter afirmado que o acordo entraria em vigor em Portugal no primeiro semestre de 2009, a posição do Ministério da Educação deixou de ser

certeira quanto a uma data para a implementação do acordo no país. A 2 de dezembro de 2009, a ministra Isabel Alçada defendeu que a nova grafia seria introduzida em Portugal de *"forma serena"* e que a sociedade seria informada sobre este processo. *"Haverá um acordo com calendário e a sociedade, professores, pais e crianças serão devidamente informados sobre todo o processo"*. E embora tenha novamente adiado a implementação, não deixou de se manifestar positivamente quanto a esta temática, e fez um apelo a todos os portugueses, de que não seria preciso ficarem *"ansiosos"* porque o processo de implementação estava a *"correr bem"*. A ministra concluiu: *"o acordo ortográfico foi celebrado e iremos introduzi-lo com conhecimento prévio, com muita antecedência"*, garantindo que Portugal adotaria a nova grafia em janeiro de 2010 (P39).

A decisão de adiar a implementação do acordo para início de 2010 também foi defendida pelo Ministério da Cultura de Portugal. A ministra Gabriela Canavilhas afirmou que o acordo seria implementado em janeiro de 2010, seguindo *"o que está planificado"*, e que, a partir de então, o Diário da República já seria impresso segundo as novas regras. A ministra também se pronunciou sobre a possibilidade de criação de uma Nova Academia da Língua Portuguesa, que estaria dependente de uma reunião e reflexão com outras instituições que já estavam ativas. Por sua vez, Pedro Garcia Cardoso, do conselho de administração da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, informou que já estavam todos a postos, com *"as necessárias infraestruturas tecnológicas"* - *"estamos apenas à espera da ordem da Presidência do Conselho de Ministros, podendo começar imediatamente"* (E22 e P40).

Duas semanas depois de ter afirmado que o acordo ortográfico iria entrar em vigor em janeiro de 2010, sem atrasos, a 16 de dezembro de 2009, a ministra da educação de Portugal apresentou uma nova posição - *"Estamos a definir a estratégia mas ainda não estão definidas metas. Não é no próximo ano ainda; temos que fazer todo um trabalho com os diferentes parceiros para definir a forma como o acordo ortográfico será introduzido"*. Contudo, segundo Isabel Alçada, o emprego da nova grafia *"não é complicado"* (P41).

Já o ministério da cultura português, aquando da apresentação do orçamento para 2010, afirmou que este ministério assumiria como *"eixo fundamental da estratégia cultural uma política da língua, uniformizada e eficaz"*, de forma a promover a *"progressiva validação prática do acordo ortográfico e da sua generalizada opção"* (P45).

A ministra da cultura voltou a pronunciar-se, a 8 de junho de 2010, dizendo ser fundamental decidir qual dos vocabulários seria o normativo e, desta forma, ser possível *"avançar para a aplicação do acordo nos documentos do Estado e no sistema de ensino"*. Depois desta decisão, o Conselho de Ministros comprometia-se a decidir *"o faseamento da aplicação"* pelos organismos públicos, porém, sem adiantar datas (P60).

Assim, a 18 de junho de 2010, ministros da cultura de Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau reuniram-se em Sintra para abordar as questões relacionadas com a fixação de um vocabulário e com um programa de fomento à produção e teledifusão do documentário da CPLP. Pouco tempo depois, o Ministério da Educação de Portugal anunciou que os manuais escolares segundo as regras do acordo ortográfico entrariam em vigor nas escolas no ano letivo 2011/2012. No entanto, a adaptação dos livros escolares seria feita de forma faseada, não incluindo, num primeiro momento, todos os níveis escolares.

Após um ano da implementação da nova grafia no Brasil, o presidente da Comissão de Língua Portuguesa do Ministério da Educação, Godofredo de Oliveira Neto, considerou que a adoção do novo acordo *"foi uma coisa tranquila, sem trauma"*, e que nem seria preciso um período de adaptação. No entanto, alguns dos documentos do "Diário Oficial" (equivalente ao Diário da República em Portugal) ainda estavam a ser escritos na velha grafia. Ao que a Imprensa Nacional, órgão que publica o Diário Oficial, respondeu que os conteúdos dos documentos são da responsabilidade da Presidência, dos ministérios e de outras entidades públicas, pelo que não poderiam fazer alterações para a nova grafia (F76).

Relativamente ao fato dos documentos oficiais do governo brasileiro ainda apresentarem a grafia antiga, Pasquale Neto, reconhecido professor de Português e apresentador do programa da TV Cultura (canal brasileiro) – “Nossa Língua Portuguesa”, fez uma interessante comparação: as mudanças ortográficas seriam como as garrafas de plástico, que levam centenas de anos para serem absorvidas pela natureza (F86).

A 30 de novembro de 2010, o governo português voltou a pronunciar-se acerca da calendarização para a aplicação do acordo. O então presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, anunciou que o acordo deveria entrar em vigor nos documentos do Parlamento (atos legislativos e não legislativos) em 2012, abrangendo ainda todos os serviços, organismos e entidades na dependência do governo. Para facilitar a conversão dos textos, todas as perguntas e requerimentos dos deputados deveriam ser feitos através

da via eletrónica, a partir de março de 2011. Reforçando esta posição, o ministro da presidência, Pedro Silva Pereira, anunciou que o acordo deveria ser aplicado nas escolas a partir de setembro de 2011 e, a partir de 1 de janeiro de 2012, esta decisão seria estendida a todos os organismos do governo, juntamente com campanhas de sensibilização e informação para os cidadãos. O governo manifestou-se, mais uma vez, positivamente, sustentando que o acordo *"visa contribuir para a expansão e afirmação da língua portuguesa, através da consolidação do seu papel como meio de comunicação e difusão do conhecimento, como suporte de discurso científico, como expressão literária, cultural e artística e, ainda, para o estreitamento dos laços culturais"* (P77).

E a 25 de janeiro de 2011, esta decisão foi divulgada no Diário da República, onde se lê que o acordo *"simplifica e sistematiza vários aspectos da ortografia e elimina algumas exceções ortográficas, garantindo uma maior harmonização ortográfica"* (P81).

2. 2. Opiniões dos opositores ao acordo ortográfico

Na categoria anterior, pudemos observar através de excertos das notícias selecionadas que os governos dos dois países mostraram-se receptivos quanto a implementação do acordo, manifestando-se positivamente junto dos meios de comunicação social. No entanto, paralelamente a estes pronunciamentos dos ministérios envolvidos neste processo, foram várias as críticas e insatisfações manifestadas por diferentes setores da sociedade - elementos provenientes de: grupos editoriais, escritores, especialistas da língua portuguesa, políticos e cidadãos. Estas reclamações estiveram relacionados, principalmente, com o atraso de informações e orientações sobre prazos, a falta de informação sobre qual vocabulário e conversor ortográfico a adotar, entre outros pontos – o que pode demonstrar que o governo, apesar de favorável, atrasou o processo de implementação do acordo ortográfico.

Neste sentido, para facilitar a apresentação e discussão desta categoria, os dados serão apresentados em subcategorias, organizadas de acordo com os diferentes seguimentos ou grupos opositores (editores; especialistas da língua portuguesa, entre eles professores universitários, linguistas, lexicólogos, lexicógrafos; políticos e cidadãos).

Note-se que a grande incidência destas posições contrárias ao acordo e à atitude dos governantes foi observada nos jornais online portugueses.

2. 2. 1. Grupos editoriais

As principais opiniões de oposição destes grupos ao acordo ortográfico estavam relacionadas com a falta de planeamento para o processo de implementação e eram fundamentadas na conservação da língua portuguesa e nas questões de prejuízos económicos que poderiam advir da implantação do acordo. Aqui é interessante notar as atitudes e reações dos governos (ou falta delas) relativamente às reclamações feitas por estes grupos.

A 30 de janeiro de 2009, o jornal Público apresentou uma notícia sobre a insatisfação de entidades culturais e de alguns políticos que apontavam críticas ao ministro da cultura, Pinto Ribeiro, alegando *“falta de diálogo, falta de políticas e desinvestimento”*. Aqui, observamos também que editores e livreiros reivindicaram esclarecimentos quanto ao prazo para a implementação do acordo ortográfico, para poderem preparar os materiais escolares com a nova grafia. Já o escritor Vasco Graça Moura acusou o ministro da cultura de ser *“um dos principais agentes do atentado à língua portuguesa - o acordo ortográfico”* (P11).

Recorde-se que a 17 de fevereiro de 2009, o ministro da cultura de Portugal anunciou como entrada em vigor da nova ortografia o primeiro semestre de 2009, mas que isto estaria dependente de negociações com os demais países da CPLP. Pinto Ribeiro também afirmou que após a adoção da nova grafia, iria ser *“mais fácil”* realizar novas edições de livros e manuais escolares (P13). Dez dias depois o Público lançou a seguinte notícia - *“Adaptação de cada manual escolar ao novo acordo ortográfico poderá custar entre quatro e cinco mil euros”*, em que a Associação Portuguesa de editores e Livreiros (APEL) afirmava ter questionado o Ministério da Educação *“há dois anos”* sobre os planos de integração do acordo ortográfico no ensino, e que até então não obteve respostas (P14). Da mesma forma, a Associação de Professores de Português queixavam-se de *“há cerca de um ano”* ter pedido esclarecimentos ao Ministério da Educação, afirmando que *“tudo o que tem vindo a saber-se sobre a implementação da nova ortografia é sempre excessivamente vago”* e alertando que sem uma decisão clara e definitiva não seria possível planificar a implementação do acordo.

Também lamentaram o fato de nunca terem sido consultados acerca do acordo, o que, segundo a associação, poderia *"facilitar decisões mais consensuais"* (P15).

As reações no Brasil também seguiam neste mesmo sentido. A notícia “Mercado editorial conta lucros e prejuízos com acordo ortográfico”, publicada na Folha de São Paulo no dia 12 de março de 2009, revelava que editoras no Brasil e em Portugal reivindicavam o apoio do governo no que diz respeito ao financiamento da adaptação dos livros. Carlos da Veiga Ferreira, presidente da União dos Editores Portugueses, acreditava que as editoras portuguesas deveriam *"boicotar"* o novo acordo. Na opinião de Sónia Machado, presidente do Sindicato dos Editores de Livro do Brasil (SNEL), as editoras brasileiras não iriam ganhar espaços em outros mercados, através do acordo ortográfico, explicando que os contratos de edição são feitos a nível territorial. O escritor angolano Agualusa sustentou que seriam as editoras portuguesas a lucrar neste aspecto, pois poderiam assinar contratos de publicação em mais de um país, sobretudo no Brasil, que *"tem cem Áfricas dentro em crescimento contínuo"* (F59).

Com uma opinião diferente, Rosely Boschini, presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL), acreditava que o Brasil seria *"o grande beneficiado por esse processo"* que iria gerar *"grande oportunidade para o mercado editorial"*. Contudo, para Breno Lener, diretor-geral da editora Melhoramentos, a nova grafia não teria *"efeitos práticos para a população ou para a própria língua"*. Relativamente ao mercado literário, acreditava que não haveria maior circulação de livros entre os países da CPLP, uma vez que as mudanças foram apenas a nível ortográfico, mantendo-se o vocabulário e as regras gramaticais, no entanto, não deixou de reconhecer os *"ganhos políticos"* advindos da reforma ortográfica. Esta editora brasileira também destacou os custos previstos para a alteração dos livros, estimados em 1 milhão de reais (G6).

A falta de posicionamento do governo português quanto a data em que o acordo entraria em vigor nas escolas gerou uma desinformação junto de vários setores do ensino. A Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap) passou a acusar que, com a adaptação para a nova grafia, o grupo editorial Leya iria aumentar o preço dos manuais escolares. Ao que o grupo respondeu que o preço dos manuais escolares é regulado por uma convenção estabelecida entre o Ministério da Educação e as associações de editores de livros escolares, não tendo, portanto, poder de decisão sobre o preço dos manuais. Sustentou ainda que a confusão foi originada pelo cenário hipotético de que as mudanças da ortografia teriam impacto nos custos dos manuais em

2010/2011, já que o grupo Leya cogitou que a revisão dos textos e a substituição das chapas de impressão poderiam resultar num custo de quatro a cinco mil euros.

No Brasil, Justina Iva Silva, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), queixava-se que o acordo não tinha sido precedido de mobilização nacional e receava que os professores não estariam preparados para ensinar a nova grafia. E para Maria Auxiliadora Rezende, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a falta de livros atualizados também iria *"dificultar a tarefa"* de implementação. Roberto Dornas, presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem), criticou também todo o processo de implementação do acordo, recomendando *"prudência"* às escolas - *"A reforma é um horror, deixa muitas dúvidas"*. Em resposta às preocupações destas entidades de ensino, o Ministério da Educação do Brasil considerou que o prazo de transição seria *"suficiente"*, pois não se deveria *"cair na pressão do imediatismo"* (G14).

Em Portugal, em setembro de 2009, os professores de Português passaram a defender que a implementação da nova ortografia nas escolas deveria ocorrer na mesma altura da introdução do novo programa da disciplina (setembro de 2010), de modo a evitar que a língua fosse ensinada como uma *"estrada esburacada"*. Paulo Feytor Pinto, presidente da Associação de Professores de Português (APP), criticou o fato de *"nunca existirem compromissos concretos"* do Ministério da Educação de Portugal, pedindo que fossem tomadas decisões sobre a data de entrada em vigor do acordo *"de uma forma clara, concreta e definitiva"*. Para a APP, os alunos do primeiro e segundo ano de escolaridade deveriam começar a aprender a língua de acordo com as novas regras, as quais a APP defendia positivamente como não sendo *"um bicho de sete cabeças"* - *"contrariamente ao muito que se diz por aí, as alterações que vão ser introduzidas são muito poucas e julgo que basta uma meia hora para os professores aprenderem as novas regras. E depois é aplicá-las"*, sustentou o presidente da APP (P34).

Quase um ano depois, a desinformação por parte dos ministérios portugueses sobre a implementação do acordo ortográfico continuava a ser alvo de críticas, desta vez da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL). Miguel Freitas da Costa, secretário-geral da APEL, referiu que os editores ainda aguardavam uma decisão do Ministério da Educação, quanto a aplicação do acordo nas escolas, ressaltando que o governo ainda não havia aprovado o vocabulário e que a APEL ainda não tinha qualquer reunião marcada com o governo para acertar as orientações necessárias para os editores poderem disponibilizar no mercado os livros escolares ao abrigo das novas regras.

Vasco Teixeira, responsável editorial da Porto Editora, expôs a sua opinião sobre o acordo, confessando não acreditar que fosse aproximar Brasil e Portugal, para além de que os editores sempre foram contra o acordo, mais por razões técnicas, do que por razões comerciais ou ideológicas. Afirmou ainda que aos editores, o acordo *"não aquece nem arrefece, mas cria problemas adicionais em África"*, justificando que é devido ao *"compasso de espera"* criado pelo governo em relação a sua aplicação. *"O governo sabe que o acordo é mera cosmética e que não resolve nada na relação com o Brasil, mas se o aplicarmos de forma teimosa e cega, corremos o risco de nos afastarmos do português que se escreve em África, que é igual ao nosso, porque Angola e Moçambique ainda não ratificaram o acordo. É um erro estratégico enorme e julgo que o governo já o percebeu, mas não quer fazer 'mea culpa'"*, frisou Vasco Teixeira, numa notícia do jornal Público, de 17 de novembro de 2010 (P75).

2. 2. 2. Especialistas da língua portuguesa e escritores

As principais opiniões deste seguimento diziam respeito à conservação da língua, à falta de participação no processo e à falta de posicionamento do governo sobre as ferramentas oficiais para a adaptação à nova ortografia.

A propósito da criação de um Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, muitos especialistas já se alarmavam relativamente às mudanças, destacando que seria difícil chegar a um consenso sobre a escrita de determinadas palavras. Num artigo de opinião, o jornalista da Folha de São Paulo Márcio Pinho alertou que a forma correta de algumas palavras *"não é definida claramente pelo acordo ortográfico"*, acrescentando que *"o excesso de 'etc' e a falta de exemplos que ilustrem a aplicação das novas regras, além da subjetividade de certos pontos do acordo"* são *"causa de dúvidas"*. Citou Carlos Mendes Rosa, editor-chefe de livros universitários e dicionários da editora África, que confirmou que a noção de composição das palavras é *"um pouco subjetiva"* (F24).

As diretrizes do acordo foram também questionadas por algumas editoras que, assim como a Academia Brasileira de Letras, desenvolveram conversores automáticos - *"estamos seguindo muito de perto as novas regras, mas o governo deveria ter feito um texto sem deixar dúvidas"*, afirmou Olivier Hallot, da BrOffice.

O VOLP seria, assim, uma das esperanças, pois supostamente viria esclarecer as dúvidas deixadas pelo documento original do acordo. No entanto, muitos linguistas brasileiros criticaram o fato da ABL ter lançado o novo vocabulário sem antes se reunir com os demais países da CPLP. Gilvan Muller, diretor do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), defendia que o acordo era internacional e portanto, não deveria ser interpretado por um só país (Brasil). Esta mesma opinião foi também partilhada por José Luiz Fiorin, professor da Universidade de São Paulo, - *"o fato do Brasil publicar um vocabulário ortográfico dá a impressão de que ele está querendo governar a implantação do acordo"*, o que poderia gerar um *"mal-estar"* para os demais países da CPLP; e por António Emiliano, da Universidade Nova de Lisboa, para quem o lançamento do VOLP pela ABL ia contra o acordo estipulado em 1990, que previa o lançamento de uma edição comum aos países da CPLP. No entanto, Godofredo de Oliveira, presidente da Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (Colip) - do Ministério da Educação, refutou que o VOLP representava uma forma de contribuição do Brasil, e que, caso os demais países da CPLP exigissem alterações, o Brasil estaria receptivo para as fazer. A Colip defendeu também a elaboração do vocabulário da seguinte forma - *"não é culpa nossa se a gente tem muito mais habitantes que eles e se a gente é economicamente mais importante"* (F63 e F70).

Em março de 2009, Artur Anselmo, presidente do Instituto de Lexicologia e Lexicografia da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa, também criticou o governo português por não tomar uma posição relativamente à criação de um vocabulário com uma listagem das palavras da língua portuguesa, para ser referência oficial em casos de dúvidas, como já tinha sido feito pelo Brasil. Mostrou-se preocupado, afirmando que se Portugal não desse o seu contributo para o vocabulário, não poderia haver acordo. Relembrou o acordo de 1945, destacando que embora Portugal e Brasil estivessem naquela época perante um governo autoritário, o processo para a implementação tinha sido mais fácil que o de 1990, que está a decorrer durante governos democráticos. Sustentou, portanto, que este acordo deveria envolver vários ministérios (da educação, da cultura e da ciência e tecnologia), os quais nomeariam uma comissão de profissionais para a elaboração do vocabulário.

Na sequência da decisão do governo de que o acordo ortográfico seria aplicado em todas as instituições de ensino de Portugal em setembro de 2011, foi também anunciado que o conversor Lince (uma aplicação informática multi-plataforma que

permite a conversão do conteúdo de ficheiros de texto) e o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) seriam as ferramentas oficiais. No entanto, não deixa de ser curioso que um estudo da Universidade do Minho (de dezembro de 2010) apontou o Lince como o pior dos quatro conversores existentes no mercado naquela altura. Carlos Amaral, administrador da Priberam, empresa que também criou uma ferramenta do mesmo género do Lince, criticou o fato do governo ter escolhido um conversor oficial sem que estivesse *"determinado em lado algum do Acordo que os governos têm que decidir qual a ferramenta informática de conversão que deve ser adotada"* (P78).

No dia em que o conversor Lince foi apresentado pelo Ministério da Cultura de Portugal, Francisco Miguel Valada liderou um movimento, sob a reivindicação de que o acordo apresentava *"falta de serenidade científica"* - *"nós contestamos o lançamento deste conversor porque não há nenhuma análise científica imparcial que o valide. O próprio AOLP (acordo ortográfico da língua portuguesa) foi atacado por todos os lados com pareceres científicos imparciais"*. Já o Ministério da Cultura afirmou que o conversor iria *"contribuir para uma rápida adaptação do público em geral às novas regras do acordo"*. Mas para o líder da manifestação, tanto o conversor como o vocabulário criado pelo ILTEC *"pecam por falta de reconhecimento científico"* - *"não existe qualquer reconhecimento, nem por parte da comunidade científica nem da opinião especializada, da validade da base científica do AOLP, que é a estrutura em que se sustenta este trabalho do ILTEC. Basta ler-se a extensa bibliografia sobre o assunto para se perceber este fato"*. E afirmou mais - *"este processo nasceu torto, continua a ser mal conduzido, e vai gerar a confusão na população"*, criticando o fato de haver dois vocabulários sobre o novo acordo. *"O próprio AOLP, no segundo artigo, prevê a criação de um único vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa. Onde está ele?"*, questionou o reivindicador (P58).

Entre o universo dos escritores, foi possível observar que brasileiros e portugueses manifestaram-se contra o acordo, apontando as suas desvantagens. Miguel Sousa Tavares, escritor português, afirmou que o Brasil foi *"o único país que recebeu a língua de fora e que impõe uma revisão da língua ao país matriz"*, criticando o fato de não ter havido uma consulta prévia aos profissionais que trabalham diretamente com a língua, como é o caso dos jornalistas, escritores e professores, apontando que houve falta de *"reciprocidade"*. Na opinião do escritor, o acordo ortográfico iria *"condensar e expurgar muitos dos detalhes da diversidade linguística"*. E mais - *"gastam imenso*

dinheiro aos contribuintes de Portugal e do Brasil e não é por aí que a lusofonia vai funcionar. Nós nunca faremos uma 'commonwealth' nas relações económicas. Na hora da verdade, o Brasil vai entrar em disputa com Portugal" (P35).

Para o jornal Expresso, Miguel Sousa Tavares reforçou a sua posição, de que os países africanos iriam *"começar a rejeitar o Português se nós os obrigarmos a seguir estritamente uma gramática que não lhes faz sentido nem ao ouvido, nem na escrita"*. Na sua perspectiva, a lusofonia passa pela relação e afinidade entre os povos. Marcadas nas palavras do escritor, as seguintes expressões revelam bem o desapeço quanto a forma como este processo estava a ser desenvolvido: *"ato colonial do Brasil sobre Portugal com regras que não são recíprocas"; "projeto idiota" (E17).*

O jornal Expresso revelou no dia 12 de novembro de 2009, a opinião do escritor brasileiro Reginaldo Pujol Filho, autor da obra "Desacordo Ortográfico" – que pretendia não se opor ao acordo mas sim, *"provocar e valorizar as diferenças na língua portuguesa"*, afirmando que *"a diferença é mais legal do que ser igual"*. O escritor angolano Pepetela comentou este livro dizendo que *"desacordos-desencontros são vias necessárias para chegar aos acordos-encontros que todos procuramos" (E19).*

A proteção da variedade linguística também foi defendida por Inês Pedrosa, num artigo de opinião do jornal Expresso, em que a escritora sustentou que as *"criativas, inspiradoras diferenças, impedirão sempre a unificação dos manuais escolares nos países de língua portuguesa"* e questionou-se sobre a utilidade da reforma ortográfica: *"expliquem-me, por favor, para que serve o acordo ortográfico - e digam-me quanto desse dinheiro que não gastamos a promover a cultura de língua portuguesa ele nos custou" (E33).*

Neste sentido também estava o linguista português António Emiliano, que considerava que *"ninguém sabia aplicar o acordo"* e que o problema estava na *"necessidade de um acordo"*, uma vez que o *"Português europeu (também seguido nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e do Brasil estão em processo tão acelerado de divergência que é um disparate achar que um acordo vai resolver algum problema" (P44).*

Para reforçar este ponto, apresentamos também a posição de Joseph Levi, especialista da Universidade norte-americana de George Washington, que defendeu que *"não faz sentido mudar"; "não há interesse em usar o acordo"*, porque, segundo ele, *"é bonita a diversidade, mostra a riqueza da nossa língua e culturas"*. É lacónico quanto a

sua posição - *"não estou de acordo, e algumas das palavras que foram modificadas foi uma violência porque as letras estavam ali por alguma razão"* (E35).

Do lado brasileiro, a adaptação à nova grafia, levou escritores e editoras a adaptarem-se *"para acompanhar as mudanças"*. Jorge António da Silva, escritor brasileiro, afirmou que a mudança iria acarretar uma *"trabalho considerável"* aos autores. Da mesma forma, a escritora Cristiana Soares acreditava que as mudanças propostas eram *"desagradáveis, porque já há uma identidade inserida na língua portuguesa falada no Brasil"* (G6).

Um *"tipo de condicionamento à comunicação, mais básico e mais grave"* – é esta a opinião de Octávio dos Santos, manifestada num artigo de opinião do jornal Público. O jornalista e escritor elogiou o fato de diretores de jornais portugueses irem contra as interferências políticas na organização de seus órgãos de comunicação, no entanto, mostrou-se inconformado com o fato desses mesmos diretores aceitarem a aplicação do acordo ortográfico. Acusou a *"trupe político-partidária no poder desde 2005"* a tentar implementar o acordo ortográfico *"contra a maioria dos portugueses"*. Para este crítico, o acordo ortográfico era *"uma aberração artificial que alguns alucinados e excêntricos, à falta de algo mais importante e útil para fazer, decidiram produzir há mais de vinte anos"*. E finalizou o seu texto com a seguinte posição: *"Eu não me conformo com a desonra feita às palavras do meu país"* (P50).

Noutro artigo de opinião do jornal Expresso, Luiz Fagundes Duarte, deputado e coordenador do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para Educação e Ciência, exprimiu-se negativamente acerca da reforma ortográfica - *"entendo que este acordo é mau, porque mal feito; e inútil, porque todos nós sabemos que não é por causa de ser imposta, por lei, uma determinada 'norma' gráfica que a língua portuguesa vai passar a ser mais falada ou mais prestigiada nos meios internacionais: os estrangeiros que não conhecem o Português nunca darão pelas diferenças gráficas existentes entre as duas variedades gráficas da nossa língua"*. Mais à frente podemos ler no seu texto: *"o acordo ortográfico nunca foi pacífico, nem resultou da obtenção de qualquer consenso na opinião pública em geral, que são os cidadãos não diferenciados mas legítimos utilizadores da língua portuguesa"*. Ao longo do artigo de opinião, podemos encontrar várias expressões negativas relacionadas com o acordo ortográfico, tais como: *"ortofantasma que nos assombra"*; *"enormes fragilidades e deficiências"*; *"consequências gravosas da sua aplicação para diversos setores da sociedade portuguesa (educação e ensino da língua)"*. Segundo Luiz Fagundes Duarte, Portugal

pôs em vigor o acordo *"em respeito de compromissos internacionais assumidos por outro governo"* e, extremamente crítico, pôs em causa a legitimidade dos documentos sobre o processo do acordo - *"deficiências técnicas, lacunas graves, pois menciona estudos preliminares que ninguém conhece e não estão disponíveis"* (E14).

2. 2. 3. Reivindicações dos movimentos opositores ao acordo ortográfico

Após o presidente Lula da Silva ter apresentado o cronograma para a implementação do acordo, o Ministério da Educação (MEC) do Brasil lançou uma consulta pública junto dos cidadãos e apenas obteve como resposta 12 e-mails. A maioria dos participantes que enviou cartas ao MEC solicitou que se fizessem mudanças no acordo. Segundo Godofredo de Oliveira Neto, presidente do MEC, os intervenientes queixavam-se de um *"abuso na eliminação dos acentos"*, mas não seria positivo haver grafias diferentes em Portugal e no Brasil porque isto *"gera transtornos"* (F12).

A Folha de São Paulo divulgou ainda uma sondagem feita pelo jornal português "Correio da Manhã" sobre a recepção do acordo ortográfico em Portugal. Os resultados obtidos revelaram que a maioria dos portugueses é contra o acordo e que não pretende escrever segundo as novas regras. De acordo com esta sondagem, os jovens (entre 18 e 29 anos) constituem a faixa-etária de rejeição, enquanto os maiores de 60 anos são os que melhor aceitam o acordo. Perante esta sondagem, Rui Peças, assessor do ministro da cultura de Portugal, revidou que, apesar desta manifestação contrária, o processo iria seguir o seu andamento.

A 13 de abril de 2009, a Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura de Portugal apresentou um relatório, elaborado pelo deputado social-democrata Feliciano Barreiras Duarte, que recomendava que o plenário da Assembleia da República analisasse com rigor a petição contra o acordo ortográfico. Este manifesto, criado pelo escritor Vasco Graça Moura, contava, até então, com mais de 33 mil subscrições. Um dos argumentos apresentados na petição era que *"o acordo ortográfico enferma de vícios suscetíveis de gerarem a sua patente inconstitucionalidade"*. Com este manifesto, o escritor acreditava que poderia evitar a adoção do acordo em Portugal, medida que considerava *"absolutamente aberrante"*. Justificava que, como ainda não tinha sido ratificado por Moçambique, Angola e Guiné Bissau, a implementação em Portugal iria

"estimular o fosso ortográfico", para além de ser "inconstitucional e beneficiar sobretudo o Brasil", para quem as mudanças seriam menores. Por sua vez, o relatório de Feliciano Barreiras Duarte defendia que o governo "deveria promover e valorizar, ao longo de todo o processo de aplicação do acordo ortográfico, a colaboração e parecer da comunidade científica e demais setores cujo conhecimento ou atividade são de inegável utilidade". Ele também afirmou que esta reação negativa é "preocupante e evidencia a falta de diálogo e a ausência de uma metodologia por parte do ministério da educação e do ministério da cultura". Acusou ainda que o processo do acordo estava a ser baseado em "relações bilaterais" (Portugal e Brasil), não valorizando os demais países da CPLP (P23, E9 e F70).

Um mês depois, a Assembleia da República respondeu que iria debater o relatório apresentado pela Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura. Nesta altura, o número de assinaturas aumentara de 33 mil para 113 mil. Os peticionários apontavam o acordo como gerador de *"situações caóticas"* e que neste relatório estavam reunidos fundamentos científicos e linguísticos, que se tidos em conta, poderiam *"impedir o caos ortográfico"* (P28 e E12).

Este movimento de oposição ao acordo também foi notícia no Brasil. O jornal O Globo divulgou no dia 20 de maio de 2009, a notícia "Parlamento português discute renegociação de acordo ortográfico", em que é possível observar a posição apresentada pelo governo português - *"o fato é que o acordo já está em vigor. Foi aprovado pelo governo, aprovado pela Assembleia da República, promulgado pelo presidente e o instrumento de ratificação foi depositado no Ministério de Negócios Estrangeiros no dia 13 de maio"* - afirmou Rui Peças, assessor do ministro da cultura de Portugal. O texto também revelou a perspectiva do Ministério da Cultura em relação à petição contra o acordo: *"vamos esperar para ver o que for aprovado na Assembleia da República para depois tomar uma posição"* (G25).

Outra iniciativa contrária ao acordo ortográfico foi divulgada pelo jornal Público, no dia 1 de março de 2010. João Pedro Graça, tradutor, lançou na rede social Facebook uma página dedicada a angariar o maior número de pessoas contra o acordo, para ser possível criar uma Iniciativa Legislativa de Cidadão (ILC), a ser apresentada na Assembleia da República, propondo a revogação e suspensão do acordo. Nesta altura, o movimento já havia conquistado 47 mil apoiantes. O tradutor de 50 anos apresentava como argumentos contrários ao acordo: *"só vale para um lado, que é o Brasil"; "não tem absolutamente nenhuma vantagem para Portugal"; "muitos tradutores vão ficar*

sem trabalho porque o custo de vida é mais alto na Europa que no Brasil e um tradutor em Portugal tem que cobrar mais"; "não faz sentido dizer que os brasileiros são a maioria e por isso a língua é decidida por votação" (P49).

No estado do Acre (Brasil), as mudanças ortográficas deram origem a uma interessante contestação. A população deste estado brasileiro revoltou-se com o fato do acordo ortográfico mudar a referência aos habitantes daquela localidade - "acreatos". Segundo a nova grafia, o termo passaria a ser "acriano" (como em Portugal, "açoreano" escreve-se agora "açoriano"). Perpétua Almeida, deputada federal do Acre, sustentava que a nova regra *"mexe nas raízes histórias e culturais"*. Luísa Galvão, especialista brasileira em Lexicologia e Lexicografia, afirmou por sua vez que esta mudança causou *"depressão"* e que o novo termo faria referência a *"alienígenas"*. Já a ABL considerou este tipo de manifestação sobre a língua como sendo *"positiva"*, uma forma de discussão *"rica e profícua"* (F64).

Outro movimento popular no Brasil foi provido por Ernani Pimentel, professor de Português, que criou o "Acordar Melhor". Aqui os integrantes reivindicavam alterações e aperfeiçoamentos ao acordo, apontando várias críticas.

Próximo de completar um ano de implementação no Brasil, o acordo ortográfico ainda gerava contestações. Após audiência pública, Marisa Serrano, senadora PSDB-MS, propôs que o Congresso Nacional do Brasil recorresse ao governo brasileiro para realizar uma revisão ao acordo ortográfico, tendo em conta as diversas críticas vindas dos cidadãos, e que fosse promovido um intenso debate junto da sociedade brasileira. Cristovam Buarque (senador PDT-DF) também se posicionou a favor da revisão do acordo. Leodegário Amarante de Azevedo Filho, da Academia Brasileira de Filologia, apontou que existia *"grande resistência à adoção da reforma ortográfica"*, sobretudo entre escritores portugueses. E acrescentou que o acordo foi feito a pensar nas futuras gerações. Walter Esteves Garcia, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, afirmou que para os escritores portugueses este processo estava a ser visto como uma forma do Brasil *"impor uma revisão da língua ao país onde a língua foi criada"*. Flávio Arns (senador PSDB-PR) revelou-se *"abismado com o nível de dificuldade que o acordo está trazendo para a vida nacional"* (F74).

O atraso na implementação do acordo ortográfico em Portugal talvez tenha como explicação o considerável número de opiniões contrárias ao mesmo.

2. 3. Os descompasso do processo: as principais diferenças identificadas entre os dois países

Nesta categoria pretende-se destacar as principais diferenças do processo de implementação do acordo ortográfico levadas a cabo pelo Brasil e por Portugal. Este ponto envolve aspectos relacionados com a aceitação do acordo até às medidas desenvolvidas para que ele finalmente pudesse entrar em vigor. Em alguns textos jornalísticos é possível notar a visão que os jornais brasileiros tiveram do desenrolar dos fatos em Portugal, e vice-versa, o que contribui para enriquecer ainda mais a análise dos dados e perceber a relevância que os acontecimentos tiveram nos dois países envolvidos no acordo.

No início de 2009, a posição dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) em relação ao acordo ortográfico era ainda indefinida, uma vez que São Tomé e Príncipe e Cabo Verde não tinham prazos em vista para a adoção da nova grafia. Moçambique dizia que estava ainda a discutir prazos, e em Angola, *"as pessoas praticamente não têm conhecimento"* do acordo, segundo Joaquim Cabral, ministro da educação angolano. A Guiné-Bissau estava com um governo em transição, não podendo manifestar uma posição sobre o acordo. Portugal também não estava muito diferente - numa notícia da Folha de São Paulo, de 11 de janeiro de 2009, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal considerou que o acordo não era uma prioridade: *"Portugal tem tempo, pode ir devagarinho"* (F45).

“Aplicar a nova ortografia em 2010 é uma precipitação?” – este foi o título da notícia do jornal Público, que a 30 de dezembro de 2009, expôs importantes controvérsias do acordo existentes entre linguistas e políticos. A começar pelo campo político, enquanto a ministra da cultura de Portugal, Gabriela Canavilha, defendia que o acordo deveria ser implementado o mais depressa possível, a ministra da educação, Isabel Alçada, afirmava que era preciso tempo e reflexão para que o acordo entrasse em vigor nas escolas.

Portugal reagiu negativamente ao fato do Brasil implementar a nova grafia já em 2009. Para o coordenador do Ciberdúvidas, José Mário Costa, o Brasil foi precipitado por não ter esperado pelos portugueses e *"não criou estruturas comuns para resolver os casos deixados em aberto"*. Reconheceu que *"é natural que o Brasil esteja mais avançado nesta questão, porque tem mais dinamismo e interesse pela língua portuguesa. Mas o acordo não especifica uma série de grafias. Falta um vocabulário*

comum da língua portuguesa, em cruzamento com o que se fala e se escreve hoje nos países africanos". João Malaca Casteleiro, linguista português que negociou o acordo por parte de Portugal, afirmou que se o propósito era unificar a língua, *"o ideal seria que todos os países tivessem implementado as mudanças simultaneamente"*. Acrescentando que *"do ponto de vista da política da língua, é uma pena que não entre em vigor nos vários países ao mesmo tempo"*, uma vez que a CPLP apontou como fator central a *"política da língua"*. Já Vasco Graça Moura, escritor português e autor da petição contra o acordo ortográfico, acreditava que o Brasil saiu na frente na aplicação da nova ortografia porque naquele país as alterações seriam menores. No entanto, afirmou que o Brasil não deveria ter avançado com a nova grafia, sem que todos os países da CPLP tivessem ratificado o acordo, senão a unificação perderia o sentido. Para além disto, levou a sua posição ao extremo, ao chamar de *"baratas tontas na CPLP que têm que arranjar um pretexto para terem alguma atividade"* àqueles que não recuavam com o acordo. Já Rui Beja, presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, apresentou uma *"posição de cautela em relação às mudanças"*, afirmando ser importante aguardar pelas posições dos demais países africanos (F53 e P44).

No entanto, o Brasil já se preparava para lançar em março de 2009 um vocabulário ortográfico, a que Cícero Sandroni, presidente da Academia Brasileira de Letras, pronunciou-se como se tratando de um *"ato histórico entre o Brasil e Portugal"* e que abriria mercados no Brasil, Portugal e África (E7).

Ainda em 2008, depois do Brasil ter apresentado o calendário para a implementação do acordo, especialistas brasileiros já demonstravam a necessidade da criação de um Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), destacando que Brasil e Portugal, em conjunto com os demais países da CPLP, deveriam *"unir-se para fazer um vocabulário ortográfico comum, como previa o acordo, mas até ao momento não há movimentações nesse sentido"* (G8).

No entanto, o Brasil não esperou pela posição dos demais países da CPLP e acabou por lançar, a 19 de março de 2009, pela Academia Brasileira de Letras (ABL), um VOLP. Durante a sua apresentação, Evanildo Bechara, responsável da ABL pela criação do vocabulário, afirmou que com a elaboração deste vocabulário a ABL *"traz contribuição relevante ao sonho de unificação ortográfica acalentado por tantos filólogos portugueses e brasileiros"* (G19).

A Porto Editora disponibilizou também, no início de 2009, um primeiro conversor/corretor que apresentava algumas falhas, ao que a editora respondeu *"estar*

tranquila", porque acreditava que "a utilização integrada das novas tecnologias, combinada ao conhecimento que temos sobre a matéria, permite-nos estar bem preparados" (F42).

A 30 de dezembro de 2009, Portugal já apresentava três conversores ortográficos: o criado pela Porto Editora, outro do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) e um terceiro, da Academia de Ciências. No entanto, nenhum deles havido sido reconhecido oficialmente pelo governo. José Mário Costa questionou, nesta altura, qual dos três vocabulários seria o considerado oficial e ainda quem seria o órgão do governo a tomar esta decisão, uma vez que os assuntos relacionados com a língua envolviam os ministérios da Cultura, Negócios Estrangeiros e da Educação - *"falta definir quem manda na língua" (P44).*

Contudo, entre os planos de Portugal estava também a formação de uma comissão entre os países da CPLP para a elaboração de um vocabulário ortográfico em conjunto com todos os países desta comunidade.

Evanildo Bechara, responsável pela criação do VOLP da Academia Brasileira de Letras defendeu, durante a sessão de abertura do IX Colóquio Anual da Lusofonia, em 27 de setembro de 2010 em Bragança, que as mudanças seriam mais significativas para os brasileiros. Na opinião do linguista brasileiro, estes teriam que renegar as vogais abertas, enquanto que para os portugueses a eliminação das consoantes mudas seria mais fácil, sobretudo para aqueles que estão no início da aprendizagem da língua.

Considerou também que em Portugal, *"a sociedade tem reservas naturais sempre quando há mudanças"*. No caso do Brasil, revelou que o processo de adaptação *"tem sido perfeito" - "todos os professores já usam acordo. E como o maior cliente das editoras é o governo, que compra milhares de exemplares de livros didáticos para distribuir gratuitamente pelos alunos, já há dois anos que se determinou que as compras de 2011 estejam de acordo com a reforma"*. Em abril de 2009, observamos a opinião do linguista português João Malaca Casteleiro, que considerou que Portugal estava atrasado na aplicação do acordo e que *"a bola está (estava) do lado do governo"*, criticando o fato do Brasil, com cerca de 200 milhões de habitantes, já ter conseguido implementar a nova grafia, enquanto que Portugal *"berço da língua"* não havia tomado uma decisão. Em setembro de 2010, o linguista voltou a questionar o atraso na implementação, afirmando que, no caso dos PALOP, o atraso estava relacionado *"com o fato de Portugal não ter ainda tomado uma decisão quanto à entrada em vigor do acordo"*. Acrescentou também que teria sido muito importante se Portugal tivesse

adotado as novas regras ao mesmo tempo que o Brasil, porque iria evitar todo o atraso nos demais países da CPLP. Lamentou o fato de Portugal ter *“perdido este barco e não tenha sido capaz, como o Brasil de fazer entrar em vigor o novo acordo ortográfico. Isso teria sido prometido pelo nosso primeiro-ministro (José Sócrates) numa cimeira em setembro de 2008, no Brasil. O Brasil cumpriu e Portugal não”*. Insatisfeito com a *“forma desorganizada”* do processo de implementação, Malaca Casteleiro criticou ainda o Ministério da Cultura português por ter anunciado que a nova grafia seria aplicada no começo de 2010 e depois, ter voltado atrás nesta decisão. Garantiu ainda que *“não há nenhum acordo perfeito, e este não é perfeito”*, no entanto a sua implementação é *“inevitável”* (P26, P44, P54 e P70).

O artigo de opinião de Eduardo Simão revelou a consciência de que em Portugal o acordo apresentava *“resistências”* - *“No Brasil, alguns descreem que o país adote as normas em apenas quatro anos. Tampouco que entrem em vigor, de fato, em Portugal”*. Citou Pasquale Cipro Neto, que disse: *“Em Portugal, como o Brasil não cumpriu o acordo de 1945, acho que há resistência entre os meios de comunicação e o povo. Tirar o “c” e o “p” mudos? Eles se sentem violentados”* (F4).

Carlos Alberto Faraco, professor da Universidade Federal do Paraná (Brasil), apresentou um argumento semelhante - *“os portugueses reagiram tão fortemente por entenderem que o acordo seria uma concessão ao Brasil, uma perda política e cultural”*, admitindo que o acordo alteraria *“tão pouca coisa”* para os brasileiros. Nesta notícia, publicada pela Folha de São Paulo, no dia 30 de setembro de 2008, é possível perceber também que *“o envolvimento dos brasileiros contrasta com as reações em Portugal, onde calorosos debates nos meios de comunicação e abaixo-assinados contra as mudanças mantiveram o tema sempre em evidência”* (F12).

Para Douglas Tufano, professor de Português, a adoção do acordo ortográfico em Portugal *“está (estava) longe de ser realidade”*. Para este especialista, o Brasil precipitou-se ao adotar a nova ortografia, pelo que interpretou como sendo uma forma de pressionar os demais países a seguirem as novas normas. Segundo ele, esta precipitação do Brasil gerou uma *“situação de defesa”* em Portugal, que no fundo estava a defender *“a língua pátria”* – *“Portugal sempre se manifestou como sendo dono da língua e com mais direitos de tomar iniciativa”*. Neste sentido, encarava que em vez de estar a decorrer uma unificação da língua, estava a acontecer uma *“reforma unilateral”*. No entanto, para João Pereira Coutinho, correspondente da Folha de São Paulo em Portugal, os portugueses que estavam a favor do acordo ortográfico acreditavam que

este seria *"inevitável para a afirmação internacional da língua"*, enquanto as pessoas do voto “contra” defendiam a identidade do Português falado em Portugal, que deveria ser respeitado. Do lado brasileiro, Marcos Vilaça, presidente da ABL, criticou a inércia dos países que ainda não escreviam segundo as novas regras, apontando os grupos que se manifestavam contra como *"uma minoria acomodada no seu ponto de vista que tenta ignorar que a língua é um organismo vivo"*. E, no caso específico de Portugal, apelou para a necessidade de *"acabar com a posição colonizada"*, dizendo que o dono de uma língua é o povo - *"a língua não é de Portugal e sim dos países de fala portuguesa"* (F78).

Em Portugal, também preocupado pelos demais países não estarem a agir no sentido da implementação, José Mário Costa assumia-se favorável ao acordo, defendendo que o *"Português arrisca-se a ter não duas ortografias oficiais, mas oito e isso não pode acontecer numa língua que pretenda ser universal"* (P44).

Da mesma forma, Evanildo Bechara sustentava que *"a união faz a força"* e por isto, se a língua portuguesa continuasse dividida, *"seria engolida como foram engolidas todas as línguas diante de uma língua imperial como foi o Latim"* (F61).

No meio desta agitação de opiniões, a ministra da educação de Portugal, Isabel Alçada, pediu *"um maior respeito"* ao processo de implementação, frisando que o cronograma de Portugal procurava não *"criar desgaste nem confusão entre as pessoas e organismos"*. Para além disto, a ministra afirmou que estava a esforçar-se para colocar em vigor as novas regras ortográficas, considerando que as mudanças para Portugal não eram tão profundas (F78).

É evidente que a reação negativa majoritariamente vinda de Portugal ganhou repercussão no Brasil. O jornal O Globo divulgou, a 26 de fevereiro de 2009, uma notícia intitulada “Acordo Ortográfico ainda desperta polémica no exterior”, dando destaque ao debate gerado na altura em que o acordo estava a ser implementado no Brasil. (G18).

A opinião negativa da maioria dos portugueses foi comentada por Evanildo Bechara, impulsor do VOLP da Academia Brasileira de Letras - *"tem gente fazendo tempestade em copo d'água"*. E recordou outros momentos semelhantes na história entre os dois países – *"Já passamos por cinco reformas e nunca houve um grande trauma. E mais, o Brasil sempre foi quem mais cedeu até hoje. Nesta reforma, está acontecendo o contrário, outros países, Portugal principalmente, é que estão cedendo mais"*. Sustentou ainda que a reforma ortográfica é *"necessária para defender*

a língua portuguesa"; *"é essencial que o Português se apresente internacionalmente com uma única vestimenta gráfica. Para manter o prestígio e para que seja melhor ensinado e compreendido por todos"* (F25).

No artigo de opinião da portuguesa Renata Ramalhão, *"independentemente da resistência portuguesa ao que consideram uma 'abrasileiração' da 'sua língua'",* acreditava que *"na próxima geração escrever 'batizar' sem o p seria tão pacífico quanto é hoje o 'farmácia' sem ph"* (G11).

Esta perspectiva positiva não é tão evidente em Portugal - Inês Pedrosa, escritora portuguesa, confessou que não pretendia adotar a nova grafia em seus livros, porque considerava que o acordo acontecia em *"desacordo"*, para além de ser *"falso"* e *"pirata"*, tecendo várias críticas à forma como foi feito, finalizando que iria *"causar muita confusão"* (F38).

Já na opinião de seu conterrâneo, José Saramago, o acordo ortográfico era *"necessário"* e mais benéfico a Portugal, uma vez que considerava que o Brasil era quem liderava o ensino e a divulgação da língua pelo mundo. O escritor considerou que a adoção seria para o bem de Portugal, para *"a sobrevivência da cultura"* portuguesa (F80).

Henrique de Senna Fernandes, escritor macaense, pronunciou-se positivamente sobre o acordo ortográfico: *"há que reconhecer que os escritores de Portugal possam extrair daí algum proveito, apenas no sentido de que as suas obras possam ser apreciadas pelo grande público brasileiro, sem terem de passar pelo crivo da prévia revisão ortográfica pelas editoras do Brasil"* (G40).

Podemos observar que o processo foi, e continuará a ser, rico em contradições. Neste tópico foram apresentados argumentos favoráveis no sentido de que a língua e a união entre os países serão fortalecidas. Outros apontam que o Brasil será o grande favorecido e outros ainda, fazem a mesma defesa para Portugal. Nesse processo verifica-se um descompasso interno em cada país e entre os dois países.

2. 4. Identificação de outros interesses

A leitura aprofundada das notícias dos quatro jornais permitiu-nos identificar manifestações de outros interesses, relacionados com o acordo ortográfico. Assim como as posições positivas e negativas identificadas nas categorias anteriores, os outros

interesses agrupados nesta categoria foram também provenientes dos representantes políticos envolvidos no processo da reforma ortográfica, dos grupos editoriais, escritores e especialistas da língua portuguesa.

Através dos seus testemunhos foi possível reconhecer valores e fatores importantes que acompanharam todo o desenvolvimento do acordo ortográfico, tendo influência e peso nas decisões dos países da CPLP. Estes valores foram organizados nas seguintes subcategorias: interesses de ordem económica, relacionadas com a importância que o acordo teria para o comércio dos dois países; interesses mais abrangentes, que diziam respeito a todos os países da CPLP e a esta organização, e ainda interesses pertencentes ao nível cultural, que depositava no acordo ortográfico uma via para o intercâmbio cultural entre os povos e para a expansão da língua portuguesa.

2. 4. 1. Comercial e económico

Um mês após a promulgação do acordo no Brasil e a apresentação de um calendário para a sua implementação, o presidente Lula da Silva, e o primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, reuniram-se na IX Cimeira Luso-Brasileira, em Salvador (Bahia) em outubro de 2008, com os ministros da cultura brasileiro e português, ministro dos negócios estrangeiros de Portugal e ministro das relações exteriores do Brasil.

Neste encontro foi possível travar um “*diálogo*”, com o objetivo de “*reforçar as relações económicas e comerciais entre os dois países*”. Segundo Luís Amado, ministro dos negócios estrangeiros de Portugal, este evento teve mais “*ambição do ponto de vista político, diplomático e estratégico*”, dando lugar de destaque ao acordo ortográfico e às suas mais-valias, como era o caso da consolidação da língua internacionalmente (P4).

Foi possível observar nas categorias anteriores que as editoras brasileiras e portuguesas já começavam a prever elevados custos para a adaptação dos novos materiais escolares à nova ortografia. A editora portuguesa Leya afirmou que estava a elaborar uma estratégia para entrar no mercado livreiro no Brasil, e que estava satisfeita com as empresas que detém em Angola e em Moçambique. No entanto, nesta altura, não tinha como prever o real impacto do acordo em suas atividades, revelando que não seria “*prejudicial*”, mas que ao mesmo tempo, iria adotar uma posição neutra neste

debate, assegurando ser capaz de desenvolver as suas atividades com ou sem o acordo (P33).

Com um ponto de vista menos positivo, Marcelo Moutinho, escritor brasileiro, considerou que o acordo *"tem uma visão utilitarista da língua, só pensa no lado económico e em mais nada"* (G30).

Durante uma conferência internacional sobre o “Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial”, que decorreu em Brasília a 25 de março de 2010, Ana Paula Laborinho, presidente do Instituto Camões (IC), relevou que o reforço do Português nos organismos internacionais e as estratégias para consolidar a entrada em vigor do acordo ortográfico eram *"fundamentais para a internacionalização"*. Um dos temas abordados neste evento foi o valor económico da língua portuguesa, considerado pelo IC importante para a dimensão económica das indústrias da língua e estratégico para a *"aproximação dos povos, uma vez que pode influenciar nos mecanismos de negócios e nos mecanismos económicos"*. (P53)

Já Carlos Reis, reitor da Universidade Aberta e autor de um estudo encomendado pelo governo em 2008 sobre o valor económico da língua com estratégias para a promoção da língua e cultura, reconheceu que o acordo ortográfico é conduzido pelo Ministério da Cultura, em coordenação com o da educação, lembrando que a língua tem um valor económico equivalente a 17% do PIB. Como tal, lamentou *"as paragens e omissões na aplicação do acordo ortográfico"*, o que, segundo ele, *"mostram bem que a abordagem da política da língua sofre de falta de energia"* (P61).

2. 4. 2. Fortalecimento da CPLP

O jornal Público, divulgou no dia 2 de março de 2009, uma notícia intitulada “Brasil é o ‘motor’ da internacionalização da língua portuguesa”, em que Renato Borges de Sousa, presidente do evento “Expolíngua”, afirmou que o Brasil era o *"motor da internacionalização da língua portuguesa devido à sua grande dimensão internacional"* e que Angola e Moçambique também o poderiam ser. Defendeu que a língua portuguesa não pertencia a Portugal, mas sim a todos os países da CPLP e que, o acordo ortográfico seria um dos elementos de coordenação entre os oito países. A importância dos estrangeiros aprenderem o Português enquanto estivessem a trabalhar num dos países da CPLP foi também um dos assuntos lembrados neste evento, tendo em conta que a

língua tem sido cada vez mais valorizada pelas multinacionais. Para Renato de Sousa, esta aprendizagem seria essencial para a movimentação de áreas da economia, ciência, diplomacia, para que fosse possível *"comunicar e compreender a realidade de cada país e cultura"* (P17).

Para o embaixador de Portugal em Paris, Francisco Seixas da Costa, a promoção da língua portuguesa passava pela *"articulação forte entre Portugal e Brasil para a promoção da língua portuguesa nos espaços multilaterais e internacionais"*. Caso contrário, a língua *"não tem futuro"*. Ressaltando ainda a influência dos países africanos junto dos seus vizinhos e também nos espaços das instituições multilaterais, o acordo ortográfico propunha *"uma ação conjunta em que todos têm que empenhar para a projeção do Português"*. Para o embaixador, com o acordo seria possível *"diminuir as diferenças para uma ação conjunta e o empenhamento conjunto dos países"* (P51).

Da mesma forma, António Houaiss, principal negociador brasileiro do acordo ortográfico e que faleceu há dez anos, acreditava que *"a ausência de uma ortografia oficial comum entre as nações lusófonas trazia dificuldades linguísticas e políticas"* (F56).

A consequente aproximação que a unificação da grafia iria possibilitar aos países da CPLP foi também destacada num artigo de opinião de Luiz Felipe Lampreia, publicado no jornal O Globo, a 1 de outubro de 2008. Segundo ele, com a promulgação do acordo *"encerra-se uma longa campanha pela simplificação da escrita e pelo fortalecimento da língua como elo de entendimento entre as nações lusófonas"*. Reconheceu que *"houve muitas resistências, em Portugal em particular, sobretudo por que se temia lá que o acordo viesse a alterar a forma de falar a língua, o que nunca foi cogitado"*. Para além disso, também defendeu que a língua iria ficar *"mais fácil de escrever"*, *"mais compatível com os meios de comunicação"* e *"mais moderna"* (G5).

A importância que a CPLP tem a nível internacional foi também ressaltada pelo ministro da cultura de Portugal, Pinto Ribeiro. Em entrevista ao jornal Público, afirmou ser preciso criar condições para que a língua portuguesa fosse um instrumento internacional e se afirmasse no estrangeiro – *"penso que a única maneira de o fazer é através de uma coordenação de atividade com outros países de língua portuguesa"* (P12).

Também para Mia Couto, escritor angolano, *"o futuro da língua portuguesa depende mais da afirmação dos países lusófonos na cena mundial"*, isto é, *"o peso da língua portuguesa no mundo dependerá daquilo que os países de língua oficial*

portuguesa fizerem para se afirmarem em áreas que não propriamente as linguísticas". O *"profundo desconhecimento"* relativamente aos países da CPLP é *"muito mais grave do que qualquer questão ortográfica"*, referiu o escritor, apontando como uma das possíveis soluções o desenvolvimento de políticas de aproximação, políticas de troca de informação, que no momento não existiam (P52).

Durante a VIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em julho de 2010, José Sócrates fez um balanço dos dois primeiros anos a frente da presidência daquela comunidade, em que destacou as ações levadas a cabo pelos estados-membros, as quais estimularam *"a promoção da língua portuguesa, na concertação político diplomática, no reforço do espaço da cidadania da CPLP e na intensificação dos laços económicos, bem como numa maior abertura à sociedade civil e cooperação cada vez mais estreitas com os Estados terceiros e outras organizações económicas internacionais"*. Relativamente ao acordo ortográfico, o então primeiro-ministro considerou que a reforma na ortografia permitiria um *"novo impulso e novas oportunidades internacionais à língua portuguesa, trazendo a todos novas responsabilidades e outros níveis de exigências e de empenho na projeção da nossa língua"* (P67).

2. 4. 3. Intercâmbio cultural

A promoção do intercâmbio cultural e da própria língua portuguesa também está nas mãos dos meios de comunicação social, sobretudo no caso dos jornais online e dos impressos de grande circulação mundial, que conseguem chegar a vários leitores em diferentes pontos do mundo.

O Público destacou, no dia 1 de janeiro de 2009, que para importantes jornais do estado de São Paulo – a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo - a nova grafia não teria grande impacto na população brasileira. Fez referência à opinião de Evanildo Bechara, da ABL, que acreditava que as mudanças seriam absorvidas pelos brasileiros *"com naturalidade e rapidez"* (P5).

A editora responsável pelo jornal Folha de São Paulo considerou *"normal"* que no começo houvesse *"um estranhamento para todo mundo, para quem está escrevendo e para quem está lendo"*, mas afirmou tratar-se de uma *"questão de tempo para as pessoas se acostumarem"* (F23).

O jornal mais antigo de Coimbra, “O Despertar”, acompanhou o calendário de adaptação do Brasil e adotou a nova grafia no início de 2009. Linho Vinhal, diretor do semanário, afirmou que faz parte do papel da comunicação social ir habituando os seus leitores à nova ortografia, *“que boa parte das pessoas iria estranhar”*. Assim, a iniciativa de implementação por parte dos jornais seria uma *“forma de nos irmos adaptando e de efetuarmos uma transição de forma lenta”* (P8).

No início de 2010, vários órgãos de comunicação portugueses também passaram a produzir informação ao abrigo das novas regras. A Agência de Notícias Lusa foi a primeira, seguida pelo semanário Expresso e pelo Diário Económico (DE). O jornal Expresso manifestou-se positivamente em relação a esta nova forma de escrita: *“as novas normas não afetam, antes contribuem, para a clarificação da língua portuguesa”* (E30).

No mesmo sentido, posicionou-se António Costa, diretor do jornal Diário Económico, que defendeu que *“a introdução das novas regras iria diminuir muito as diferenças que existem em termos de escrita”* entre este jornal e “Brasil Económico” (jornal brasileiro que segue a mesma linha informativa). Segundo o diretor do jornal português o acordo ortográfico *“potencia o DE no mercado brasileiro e o Brasil Económico no mercado português”*. Para além disto, frisou que Portugal não poderia *“fechar-se em si mesmo”* - *“não faz sentido vivermos de costas para o que é hoje o centro da lusofonia, que é o Brasil”*. E acrescentou que o fato da Agência Lusa já ter adotado as novas regras no início de fevereiro de 2010, iria contribuir para que os demais órgãos de comunicação social portugueses agissem da mesma forma (P48).

Para a Agência Lusa, a adoção do acordo ortográfico iria *“reforçar a vocação global da agência nos oito países de língua oficial portuguesa, em Macau e junto das comunidades espalhadas pelo mundo”*. Afonso Camões, presidente do conselho de administração da agência, afirmou que *“em comunicação, a língua é o nosso mercado”* e que embora *“todas as mudanças levantem problemas”*, o acordo representaria *“um desafio e uma oportunidade”*. Naquela altura, os jornalistas da Lusa afirmaram estar *“preparados”* e *“aptos a ajudar os nossos parceiros a fazer esse trabalho”* (E24).

Após completar um ano a escrever segundo o acordo ortográfico, a Lusa voltou a reforçar que a adoção da nova ortografia permitiu à agência *“dar um salto de público sem nenhum intermediário e obstáculo ortográfico”*. Segundo Luís Miguel Viana, diretor de informação, a agência passou de 15 milhões de leitores para 250 milhões em todo o mundo. Contou ainda que a *“adoção do acordo causou grande curiosidade e até*

alguma celeuma nos clientes, assunto que morreu de imediato com a entrada em vigor das novas regras" (E45).

A 30 de dezembro de 2010, o jornal Público anunciou que os jornais portugueses “Sol”, “i”, “Diário de Notícias” e “A Bola” pretendiam introduzir as novas normas do Português em 2011. No entanto, o Público, ainda relutante, contestou as *"alegadas vantagens de uma norma global para o Português escrito"* e sustentou que levaria *"até ao limite a sua posição"* (E43).

“Um passo importante” – foi assim encarado pelo professor catedrático Carlos Reis, o fato dos jornais portugueses adotarem a nova grafia, porque são *“um importante instrumento de consolidação e internacionalização da língua portuguesa”*. Na visão deste especialista, a comunicação social portuguesa finalmente estava *“atenta e desperta para a importância que ela mesma tem”*. Já Elsa Rodrigues, presidente da Sociedade da Língua Portuguesa, entendia que o processo de implementação deveria ser *“mais prudente”*, embora reconhecesse que o acordo era *“irreversível”* (E28).

Reconhecendo o impacto dos meios de comunicação social para a implementação do acordo, Pinto Balsemão, do grupo Impresa, frisou que *“a língua é um instrumento e um organismo vivo ao serviço da comunicação, a qual deve ser cada vez maior e mais relevante entre os diversos países e comunidades que utilizam o Português”* (P59).

Marcos Joaquim Gonçalves Alves, organizador da “Semana Brasil – Portugal”, em Brasília, manifestou-se a favor do acordo, identificando uma possibilidade de conhecimento sobre os demais países que falam Português: *“o público brasileiro sabe muito pouco do que está a passar-se nos outros países de língua portuguesa. Este é o primeiro passo para rediscutir toda esta questão do intercâmbio cultural entre as nações que falam a língua portuguesa”*. A “Semana Brasil – Portugal”, organizada pelos dois países, visava também movimentar o turismo (P10).

Em junho de 2009, a Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses (ASDP) promoveu um seminário dedicado à temática da internacionalização do Português, incidindo na presença da língua em organizações internacionais, como as Nações Unidas e a União Europeia. Fonte da ASDP afirmou que o acordo ortográfico iria *“dar novas possibilidades para um esforço concentrado dos países de língua portuguesa na internacionalização do idioma comum”* (P29).

Para António Almeida Lima, cônsul-geral de Portugal no Rio de Janeiro, o novo acordo representaria *“uma importante estratégia para um mundo cada vez maior da*

língua portuguesa e da lusofonia". E que seria natural que Portugal e os outros países apresentassem resistência à esta mudança, prevendo que seria *"um caminho difícil"* mas mais fácil para as novas gerações. E que com o tempo todos caminhariam para uma ortografia em comum (F61).

O presidente da Academia das Ciências de Lisboa, Adriano Moreira, afirmou não ter confiança nos tratados e nos acordos, porque *"a língua é viva"* e portanto seria importante *"aceitar que existe uma unidade plural"*. Para além disto, não seria preciso recear *"um peso excessivo do Brasil sobre a língua portuguesa"* porque são os *"milhões de falantes brasileiros que dão força ao Português no mundo"*. De acordo com Adriano Moreira, se não fossem os brasileiros, a língua portuguesa seria muito limitada no número de pessoas que a falam – *"a lusofonia não é uma questão que diga respeito exclusivamente à língua"*, defendendo assim, que *"a língua transporta valores e, em muitos lugares, esses valores continuam implantados mesmo quando já lá não se fala português"* (E1).

O papel do Brasil na propagação da língua portuguesa foi também destacado pelo general português Loureiro dos Santos – *"o Português também é nosso mas é mais do Brasil: a língua que o Brasil falar será sempre uma língua com importância, a de Portugal terá importância paroquial se for diferente da do Brasil"* (E8).

Na altura, José Saramago diminuiu a polémica à volta da questão ortográfica, afirmando que *"a verdadeira questão está na língua falada"*, acrescentando que *"a língua enriquece com a diversidade. Tem que haver um exercício de tolerância"*. Com graciosidade, contou que ao longo dos anos também teve que aprender a escrever a palavra "mãe" de diferentes formas e que no final *"a mãe era a mesma"* (F19).

Também tolerante com as mudanças estava o escritor brasileiro Frederico Barbosa, que considerou que o acordo seria *"bom"*, tendo em conta que a *"ortografia é uma convenção"*. Recordou que *"sempre existem mudanças, já houve uma série delas. Acho que é interessante quando essas mudanças vêm para aproximar a língua. Acho importante que a escrita e a fala sejam razoavelmente conectadas, então, as mudanças que tendem a aproximar a escrita da fala me parecem ser bem interessantes"*. Para além disto, o escritor também via na nova ortografia uma vantagem para os editores e para os leitores, já que não haveria duas grafias diferentes, nem mais que uma língua (F33).

Confesso defensor do progresso da língua, Nuno Markl apresentou também no seu artigo de opinião publicado no jornal Expresso no dia 5 de março de 2011, uma

divertida opinião: *“sou a favor da mudança, da evolução - de outra forma estaríamos ainda a escrever como Pero Vaz de Caminha e isso era uma maçada”* (E47).

Como demonstram as diferentes citações, as categorias aqui apresentadas estão fortemente implicadas entre si. É interessante notar que as opiniões que apontam as vantagens da língua para o desenvolvimento comercial, trocas culturais e união dos países que falam a língua portuguesa, também reconhecem que o acordo ortográfico não basta, sendo necessária a implementação de outras políticas que viabilizem os desejáveis proveitos.

Considerações Finais

Neste capítulo vamos destacar as principais conclusões apreendidas ao longo do desenvolvimento deste estudo.

Destacamos que os pressupostos formulados inicialmente foram confirmados, uma vez que as opiniões foram mais favoráveis ao acordo ortográfico nos jornais online do Brasil, onde as mudanças propostas seriam menos significativas. Por outro lado, como o Brasil possui um maior número de falantes da língua portuguesa e um mercado literário mais extenso, as alterações ortográficas foram consideradas mais favoráveis à ortografia já utilizada naquele país.

É importante referir também que foram atingidos os objetivos traçados, que pretendiam estudar as opiniões públicas de Portugal e do Brasil referentes ao acordo ortográfico, apresentadas nos quatro principais jornais online desses países, identificando as opiniões favoráveis ou não ao acordo, assim como os interesses políticos e económicos manifestados pelos dois países.

Ao longo da revisão da bibliografia, pudemos conhecer a opinião de Sousa (2010), para quem a lusofonia era menos valorizada pelo Brasil, quando comparada com a relevância dada por Portugal. No entanto, através da análise dos dados, percebemos os esforços do Brasil no sentido da implementação do novo acordo, sob a justificativa de que a reforma ortográfica seria significativa para o futuro da língua portuguesa.

O processo de implementação do acordo ortográfico no Brasil foi mais pacífico e mais rápido, sendo que nos jornais online analisados as opiniões foram maioritariamente positivas.

No caso brasileiro, o fato do acordo ter entrado em vigor no início de 2009, pode ter duas interpretações. A primeira é positiva e está relacionada com o rápido processo levado a cabo por aquele país, com um esforço notório em integrar os cidadãos nesta decisão do governo, através de várias iniciativas do Ministério da Educação que promoveu programas de apoio, cursos de formação para professores e o envio de materiais didáticos e informativos às escolas.

No entanto, a segunda interpretação é negativa e vai ao encontro do sentimento manifestado por Portugal de que o Brasil se precipitou ao sair na frente, não esperando pelos demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). E aqui a crítica fixa-se no processo de implementação levado a cabo pelo Brasil, que foi desde a calendarização para a entrada em vigor da nova ortografia, até à elaboração de um

Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa por parte da Academia Brasileira de Letras.

Em contrapartida, os dados apontavam que Portugal foi pouco assertivo e ativo para a implementação do acordo, sendo que as manifestações dos membros do governo português iam mais no sentido de promessas do que de ações efetivas.

Ainda no início de 2009, o ministro da cultura português assegurava que Portugal iria avançar com a ratificação do acordo no primeiro semestre daquele ano. No final de 2009, houve uma mudança repentina de posicionamentos. Os ministérios da educação e da cultura adiaram a implementação para o início de 2010, e, passadas duas semanas, anunciaram que afinal não seria em 2010, porque era preciso estudar melhor o processo.

Apesar da falta de compromisso do governo português, as declarações referentes ao acordo ortográfico apareceram sempre de forma favorável. A comunicação do governo era feita no sentido de defender o acordo, reconhecendo os seus pontos positivos. No entanto, as justificativas dos ministros da cultura e da educação eram contraditórias, pois num momento afirmavam que o que estava a faltar eram as definições de metas e estratégias para a implementação da nova grafia, mas não deixavam de destacar que o processo não era complicado.

Tanto nos jornais brasileiros como nos portugueses, não é possível identificar quais foram as razões para o atraso da implementação e os seus constantes adiamentos por parte dos ministérios portugueses, já que através das notícias não conseguimos identificar os reais motivos para Portugal ter falhado com este compromisso. Os frequentes adiamentos para a entrada em vigor do acordo são expressos, não sendo acompanhados de uma justificativa plausível.

Somados a esta falta de precisão por parte do governo português estiveram os vários protestos e manifestações contrárias ao acordo, promovidos por vários segmentos da sociedade, no domínio político, cultural e económico. E embora os protestos também tenham tido lugar no Brasil, foram mais claramente percebidos em Portugal. Deste ponto de vista, os protestos podem justificar, subjetivamente, o atraso português para a referida implementação.

Nas notícias dos jornais online brasileiros e portugueses analisados neste estudo e em que há referência às posições dos dois governos, verificamos que estes são favoráveis ao acordo ortográfico, apresentando afirmações positivas, apesar de inúmeras manifestações contrárias, como temos vindo a afirmar.

Os mais de vinte anos que se passaram desde a primeira apresentação do acordo ortográfico expressam, desde então, a existência de inúmeras vozes dissonantes, que não viam com “bons olhos” as alterações propostas.

As principais polémicas estiveram relacionadas como o atraso de informações ou orientações sobre prazos, vocabulário e conversor ortográfico a adotar – o que pode demonstrar que as instituições políticas de Portugal, apesar de favoráveis, atrasaram o processo.

Especialistas da língua portuguesa criticavam a forma como o acordo foi elaborado, apresentando explicações e bases infundadas e ambíguas e, ainda, falta de clareza no documento sobre o acordo ortográfico. Também criticaram o fato de não terem sido consultados aquando da elaboração do acordo ortográfico, o que teria suprimido as eventuais falhas e ausência de bases científicas da língua portuguesa. Este grupo apontava a falta de debate, criticando os governos por não os terem envolvido no processo de elaboração do acordo e também a falta de posicionamento do governo sobre as ferramentas oficiais para a adaptação à nova ortografia.

Em Portugal e no Brasil as grandes editoras reivindicavam uma posição do governo acerca do prazo para o lançamento de materiais escolares com a nova grafia. Mostravam também algum receio sobre o futuro das obras lançadas no mercado. Uma delas passava pelo fato dos livros já em circulação perderem a atualidade, por não estarem escritos segundo a nova grafia. E os custos associados à atualização destes materiais representavam um prejuízo financeiro, sendo mais um motivo de oposição.

Particularmente no caso das grandes editoras portuguesas que já têm presença em território africano, sobretudo em Angola e em Moçambique, temiam que a unificação do Português permitisse que as editoras brasileiras entrassem nestes mercados. Para além disto, a indústria editorial do Brasil era apontada como a maior beneficiada deste acordo, uma vez que a grafia usada no Brasil sofrera uma menor alteração comparada com Portugal. O que vai ao encontro das hipóteses iniciais deste estudo: em síntese, as alterações ortográficas seriam mais favoráveis ao Brasil pelo fato deste país apresentar um mercado literário mais promissor.

Como considerações complementares, foi possível observar que nos dois países, alguns escritores defendiam que a “diversificação” da língua seria prejudicada pela tentativa de unificação numa só grafia. Por sua vez, os deputados, no caso de Portugal, maioritariamente dos partidos da oposição (PSD), criticavam o fato de todo o processo

estar a ser feito isoladamente pelo Brasil, que não estava a respeitar a essência do acordo que deveria ser celebrado pelos oito países da CPLP que o assinaram.

Podemos depreender que os ministérios portugueses, ao mesmo tempo que quiseram acompanhar o Brasil no processo de implementação do acordo ortográfico, não souberam controlar a onda de refutação gerada pelos grupos sociais. Neste sentido, por mais que algumas declarações do governo mostrassem que era a favor do acordo e que estava disposto a implementá-lo, outras mostravam a falta de comprometimento com este processo e desinformação acerca da estratégia que pretendiam seguir.

Como ficou demonstrado, as notícias de ambos os países apontam oposição às decisões do governo, embora tenha sido nos jornais portugueses que a grande incidência de posições contrárias ao acordo e às atitudes dos governantes foi observada. As vozes dissonantes ecoaram durante mais tempo em Portugal, e apesar de serem representadas sobretudo por políticos e escritores, também foram provenientes de diversos manifestos de cidadãos, que não aceitavam as alterações ortográficas.

Embora no Brasil também tenham sido realizados manifestos populares, estes foram bem mais isolados e de menor relevo, uma vez que não chegaram a ser discutidos na Assembleia da República, como foi o caso das petições em Portugal.

Estes apontamentos vão ao encontro de umas das perspectivas de Howlett (2000), de que certos assuntos que despertam o interesse de toda a população podem acabar por pressionar a decisão do governo. No entanto, por mais que a opinião pública em Portugal envolvesse vários grupos da sociedade e, de certa forma representasse uma fortaleza contra o posicionamento dos ministérios, não seria suficiente para alterar o rumo que o governo tencionava seguir juntamente com os demais países da CPLP.

A ideia defendida por Howlett - de que cada país elabora estratégias de decisões diferentes para o mesmo problema - foi também observada neste estudo. Brasil e Portugal tinham em mãos a mesma questão - implementar uma nova grafia - no entanto, as formas diferentes com que cada um deu início ao processo gerou opiniões públicas diferentes. Estas, por sua vez, foram decisivas para a continuidade das tomadas de decisões por parte do governo.

O Brasil não deu espaço para grandes manifestações, pois, desde o início, já apresentou alternativas e suportes para a adaptação da nova escrita. Em Portugal, com o silêncio dos ministérios, gerou-se um incremento de opiniões contrárias, das quais os ministérios tentavam não se envolver, para salvaguardar o acordo estabelecido internacionalmente.

É difícil “separar as águas” e encontrar opiniões absolutas do género “Portugal foi contra e o Brasil foi a favor”, porque existiram manifestações contrárias e favoráveis em ambos os países.

Para além disto, foi possível notar nas publicações que, de forma sutil, as manifestações contrárias receavam prejuízos neste processo, além de que temiam que o seu país ficasse em situação mais desfavorável que os demais países.

Durante o processo de implementação do acordo ortográfico nos dois países, foram poucos os diálogos travados, de forma a encontrarem uma estratégia conjunta.

Ambos agiram isoladamente, respeitando prazos, calendários e estratégias diferentes. A maior evidência está no lançamento de um Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa pelo Brasil, sem incluir a participação dos demais países da CPLP. O próprio documento original do acordo ortográfico indicava que o VOLP deveria abranger todos os países, para preservar a tão desejada unificação.

Este fato foi apresentado nos jornais portugueses como justificativa para as manifestações de desagrado com o processo estabelecido no Brasil.

Este também é um exemplo, do que foi possível apreender, que as reações mais negativas foram provenientes de Portugal e tiveram repercussão, inclusivamente nos meios de comunicação social do Brasil, que destacavam as reivindicações contra o acordo e as críticas lançadas ao governo português.

É pertinente reconhecer que os diversos interesses económicos, comerciais, culturais, entre outros, que estiveram envolvidos neste processo e que ganharam espaço na comunicação social, influenciaram de forma a efetivar a implementação do acordo ortográfico.

Apesar das contradições verificadas nas opiniões apresentadas nos jornais online, a principal conclusão é de que a maioria dos registos mostrou um teor positivo, no sentido da unificação da escrita, respeitando outros aspectos da língua que continuarão a ter variações. E a maior valorização das diferenças se dava nos discursos em que se reconhecia a importância das trocas culturais, especialmente, presentes na música e nos programas televisivos.

Os principais valores encontrados nas publicações estão relacionados com a missão estratégica de fortalecer a lusofonia. Esta, que antes do acordo tinha mais que uma identidade, passaria a ser revigorada quando se evitassem, por exemplo, situações

recorrentes: a necessidade de duplicar a tradução de documentos internacionais, numa versão para o “português de Portugal” e outra para o “português do Brasil”.

Assim, é possível notar que tanto o Brasil como Portugal reconheciam a importância que tinham junto dos demais países da CPLP, para os quais a ratificação e implementação do acordo por parte de Portugal fariam toda a diferença, dando um impulso para os PALOP ratificarem também. Para além disto, os dois países demonstraram consciência do poder que detinham dentro da CPLP e da importância do acordo para o fortalecimento da língua portuguesa e da própria lusofonia.

Ainda, apresenta-se em forma de considerações finais, o reconhecimento dos limites científicos e a necessidade da continuidade dos estudos para a melhoria constante da profissão.

Bibliografia

Abdala Junior, B. (Org.) (2003). *Incertas relações: Brasil-Portugal no século XX*. São Paulo: Senac.

Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. (3.^a ed.). Lisboa: Edições 70.

Bavaresco, A. e Konzen, P. B. (2009). Cenários da liberdade de imprensa e opinião pública em Hegel. *Kriterion: Revista de Filosofia*. 50 (119), 63-92.

Bennett, W.L. e Entman, R.M. (Ed.) (2005). *Mediated Politics – Communication in the Future of Democracy*. New York: Cambridge University Press.

Braillard, P. (1990). *Teorias das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Canel, M. J. (2006). *Comunicación política: una guía para su estudio y práctica*. (2.^a ed.). Madrid: Tecnos.

Correia, E. A. (2011, 9 de fevereiro). A CPLP e a Língua Portuguesa. *Observatório da Língua Portuguesa*. Disponível em WWW:<URL:<http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/geopolitica/reflexoes/a-cplp-e-a-lingua-portuguesa-IIa>>. [Consult. 14 Mai. 2011].

DECRETO-LEI n.º 6585. D.O. (08-09-29). Disponível em WWW:<URL:<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=257793&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>.

DECRETO-LEI n.º 6.586. D.O. (08-09-29). Disponível em WWW:<URL:<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=257794&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>.

Dougherty, J. e Pfaltzgraff, R. (2003). *Relações Internacionais: as teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva.

Espírito Santo, P. (2008). *Estudos de Comunicação Política – análise de conteúdo da mensagem na campanha e pós-campanha eleitoral nas eleições presidenciais*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Fernandes, A. J. (1991). *Relações Internacionais – Factos, Teorias e Organizações*. Lisboa: Editorial Presença.

Folha.com (2011, 27 de fevereiro). *Folha lidera venda de jornais no país*. Disponível em WWW:<URL:<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/881709-folha-lidera-venda-de-jornais-no-pais.shtml>>. [Consult. 28 Mai. 2011].

Freixo, M. J. V. (2009). *Metodologia Científica – Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Fuks, M. e Fialho, F.M. (2009). Mudança institucional e atitudes políticas: a imagem pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1993-2006). *OPINIÃO PÚBLICA*. 1 (15), 82-106.

Gaitán, F. G. (1998). *Manual de Ciência Política*. Santa Fe de Bogotá: Editorial Temis.

Gomes, N. D. (2004). *Formas persuasivas de comunicação política – Propaganda política e publicidade eleitoral*. (3.^a ed.). Coleção Comunicação, vol. 3. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Gomes, W. (2003, junho). *Negociação política e comunicação de massa*. XII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS). Recife.

Howlett, M. (2000). A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. *OPINIÃO PÚBLICA*. 6 (2), 167-186.

iG, Economia (2011, 27 de janeiro). *Em ano de PIB recorde, circulação de jornais cresce 1,5% em 2010*. Disponível em WWW:<URL:<http://economia.ig.com.br/empresas/comercioservicos/em+ano+de+piib+reecorde+circulacao+de+jornais+cresce+15+em+2010/n1237971626214.html>>. [Consult. 28 Mai. 2011].

Krueger, A. B. (2009). Attitudes and Action: Public Opinion and the Occurrence of International Terrorism. *Science*, 325 (5947), 1534-1536.

Maltez, J. A. (1996). *Princípios de Ciência Política – Introdução à Teoria Política*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Centro de Estudos do Pensamento Político.

Marcondes Filho, C. (2008). Comunicação e ação política no contínuo mediático. Luhmann contra Habermas. E nós contra todos. *Galaxia*. 8 (15).

Marques, F. P. J. A. (2006). Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. *OPINIÃO PÚBLICA*. 12 (1), 164-187.

McNair, B. (2007). *An Introduction to Political Communication*. Oxon: Routledge.

Melo, J. M., Stelow, A., Hohlfeldt, A., Duarte, C., Meditsch, E., Pena, F., Silva, G., Correia, J.C., Sousa, J.P., Barbosa, M., Silva, N. (2008). *Jornalismo, História, Teoria e Metodologia. Perspectivas Luso Brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Negrine, R. (1996). *The Communication of Politics*. London: SAGE Publications.

Negrine, R., Mancini, P., Holtz-Bacha, C., Papathanassopoulos, S. (Ed.) (2007). *The Professionalisation of Political Communication*. vol. 3. Bristol: Intellect Books.

Pereira, C., Power, T., Rennó, L. (2005). Opinião pública, estratégia presidencial e ação do congresso no Brasil: “quem manda?”. *OPINIÃO PÚBLICA*, XI (2), 401-421.

Rego, F. G. T. (1985). *Marketing Político e Governamental: um roteiro para campanhas políticas e estratégias de comunicação*. São Paulo: Summus.

RESOLUÇÃO n.º 26/91. D.R. I Série-A. N.º 193 (91-08-23), p. 4370-4400.

RESOLUÇÃO n.º 8/2011. D. R. I Série. N.º 17 (11-01-25), p. 488-489.

Sá, L. (1999). *Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Universidade Aberta.

Sanders, K. (2009). *Communicating Politics in the Twenty-First Century*. London: Palgrave Macmillan.

Senhoras, (2011). Marcos evolutivos da política à economia nas negociações internacionais ambientais. *Boletim Meridiano* 47. 12 (123). 40-47.

Sousa, F., Santos, P., Amorim, P. (2010). *As Relações Portugal-Brasil no Século XX*. Porto: Fronteira do Caos Editores.

Tuzzo, S. A. (2005). *Deslumbramento coletivo: opinião pública, mídia e universidade*. São Paulo: Annablume.

Vieira, R. F. (2004). *Comunicação Organizacional: gestão de relações públicas*. Rio de Janeiro: MAUAD.

Weakliem, D., Andersen, R., Heath, A. (2005). Poder direcionador? Um estudo comparativo de opinião pública e distribuição de renda. *OPINIÃO PÚBLICA*. 11 (2), 386-421.

Wolf, M. (2006). *Teorias da Comunicação – Mass media: contextos e paradigmas; Novas tendências, Efeitos a longo prazo; O newsmaking*. (9.^a ed.). Lisboa: Editorial Presença.